

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ – FVC
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

REGINALDO DOS SANTOS SOARES

**GINÁSIO SANTO ANTÔNIO EM CARAVELAS: UM OLHAR SOBRE A
EDUCAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA NOS ANOS 1950**

**SÃO MATEUS - ES
2015**

REGINALDO DOS SANTOS SOARES

**GINÁSIO SANTO ANTÔNIO EM CARAVELAS: UM OLHAR SOBRE A
EDUCAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA NOS ANOS 1950**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré para obtenção de título de Mestre Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional. Área de concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional I.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Sônia Maria da Costa Barreto.

**SÃO MATEUS - ES
2015**

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S676g

Soares, Reginaldo dos Santos.

Ginásio Santo Antônio em Caravelas: um olhar sobre a educação no Extremo Sul da Bahia nos anos 1950 / Reginaldo dos Santos Soares – São Mateus - ES, 2015.

83 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Sônia Maria da Costa.

1. Educação – Caravelas (BA) – História Século XX. 2. Educação – Extremo Sul da Bahia. 3. Ginásio Santo Antônio – Caravelas (BA). 4. Costa, Sônia Maria da. I. Título.

CDD: 370.98142

REGINALDO DOS SANTOS SOARES

GINÁSIO SANTO ANTÔNIO EM CARAVELAS - UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA - DÉCADA DE 1950

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 18 de Dezembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a SÔNIA MARIA DA COSTA BARRETO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof.^a Msc. LUANA FRIGULHA GUISSO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof.^a Dr.^a LILIAN PITTOL FIRME DE OLIVEIRA
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

DEDICATÓRIA

À minha mãe Pedrina dos Santos Soares, a meu pai Alúzio Soares (in memoriam), as minhas irmãs Lore e Maria Dominga, minha filha Jussara, meus sobrinhos João Paulo e Miguel, com amor, admiração e gratidão pela compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr^a. Sônia Maria da Costa Barreto, pela atenção e apoio durante o processo de definição e orientação.

À Faculdade Vale do Cricaré pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Aos ex-alunos do Ginásio Santo Antônio, por colocar à disposição o material de pesquisa.

Aos meus pais, irmãs, filha, sobrinhos, familiares, pelo apoio e compreensão.

A Fernanda, companheira das viagens e do mestrado.

Aos amigos que me incentivaram nesta caminhada.

“Bendito seja Deus, pai de nosso Senhor Jesus Cristo. Em sua grande misericórdia, pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, Ele nos fez nascer de novo, para uma esperança viva ...” 1ª Carta de São Pedro 1, 3.

RESUMO

SOARES, R. S. **Ginásio Santo Antônio em Caravelas: um olhar sobre a educação no Extremo Sul da Bahia nos anos 1950** 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

A presente pesquisa trata da fundação e trajetória do Ginásio Santo Antônio em Caravelas, cidade situada no Extremo Sul da Bahia Também faz uma abordagem sobre a História da Educação no Brasil. O trabalho é realizado dentro da proposta teórica da História Cultural na década de 1950. O método empregado é a pesquisa documental e da história oral e são utilizados principalmente os arquivos da instituição, particulares e entrevistas realizadas pelo pesquisador de acordo com o Referencial Teórico adotado no desenvolvimento da investigação. Para entender este processo, apresentamos a história da cidade de Caravelas e a participação de personalidades que atuaram nessa instituição de ensino. Também relatamos, periodicamente, a História da Educação no Brasil como base para entendermos fatos históricos, sociais e culturais apresentados.

Palavras-Chave: História da Educação. Educação em Caravelas. Ginásio Santo Antônio.

ABSTRACT

SOARES, R. S. **Gymnasium St. Anthony in Caravels: a look at the education in the extreme south of Bahia in early 1950.** 2014. XXXf. Dissertation (Master) – Faculty Valley Cricaré, São Matthew, 2015. **Gymnasium St. Anthony in Caravels: a look at the education in the extreme south of Bahia in early 1950.**

The present research deals with the Foundation and trajectory of the Gymnasium St. Antony in Caravels, town located in the Far South of Bahia also makes an approach to the history of education in Brazil. The work is performed within the theoretical proposal of Cultural history in the 1950. The method employed is the documentary research and oral history and are mainly used the files of the institution, and interviews conducted by the researcher according to the theoretical framework adopted in the development of research. To understand this process, we present the history of the city of Caravels and the participation of personalities who acted in this educational institution. Also report periodically, the history of education in Brazil as a basis for understanding historical, social and cultural facts presented.

Key – Words: History of Education. Caravels education. Gymnasium St. Antony.

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

MECUSAID – Acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID)

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNE - União Nacional dos Estudantes

FVC – Faculdades Vale do Cricaré

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Estação Ferroviária de Ponta de Areia	47
Fotografia 2 – Porto de Caravelas em 1958	47
Fotografia 3 – Antiga Estação de Caravelas	48
Fotografia 4 – Estação do Distrito de Juerana em 2011	48
Fotografia 5 – Vista aérea do Centro de Caravelas.....	48
Fotografia 6 – Carnaval em Caravelas, 1940	49
Fotografia 7 – Carnaval em Caravelas, 1940	49
Fotografia 8 – Presidente Vargas em revista a tropa em Caravelas	50
Fotografia 9 – Aeroporto de Caravelas	50
Fotografia 10 – Arquipélagos de Abrolhos	51
Fotografia 11 – Porto de Barcaça em Ponta de Areia	53
Fotografia 12 – Terminal de Barcaça em Ponta de Areia	54
Fotografia 13 – Pedra Fundamental do Ginásio Santo Antônio	54
Fotografia 14 – Rua das Palmeiras	57
Fotografia 15 – Prédio do Ginásio Santo Antônio	57
Fotografia 16 – Sr. Moacyr Siquara	59
Fotografia 17 – Desfile Cívico, 7 de setembro	63
Fotografia 18 – Primeiro quadro docente.....	66
Fotografia 19 – Fachada do Colégio Polivalente de Caravelas.....	70
Fotografia 20 – Fachada da Escola Agripiniano de Barros	71

TEXTOS JORNALÍSTICOS

Texto Jornalístico 1	58
----------------------------	----

FIGURAS

Figura 1 – Convite de Formatura	64
Figura 2 – Convite de Formatura	64
Figura 3 – Flâmula dos Formandos de 1962	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 - REVISÃO DE LITERATURA	19
2 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	26
3 - CIDADE DE CARAVELAS: EXTREMO SUL DA BAHIA	42
4 - GINÁSIO SANTO ANTÔNIO DE CARAVELAS: ENSINO DE QUALIDADE...	55
4.1 Organização escolar, disciplina e avaliação	61
4.2 Festividades: formaturas e comemorações	62
4.3 Professores, espaço de visibilidade e convivência	65
CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	74
LEITURAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ESCRITA DESSE TEMA	77
APÊNDICES	
APÊNDICE A	80
APÊNDICE B	81
APÊNDICE C	82
APÊNDICE D	83

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz parte de uma das inquietações do pesquisador, quando ainda estudante do curso de Licenciatura em História na Universidade do Estado da Bahia – Campus X/Plataforma Freire - PARFOR 1 iniciado em 2010. O tema: História do Ginásio Santo Antônio está diretamente associado à experiência como Professor e Coordenador Pedagógico desde o ano de 2000 na rede pública de educação na cidade de Caravelas / Bahia. Desde então, a memória dessa escola sempre esteve presente na vida da cidade e das pessoas que fazem parte dela.

A história do Ginásio Santo Antônio é contada com muito orgulho por parte dos moradores de Caravelas, cidade bicentenária, fundada no Século XVI. Para investigar a sua história é necessário um mergulho na cultura local, nas festividades, na historicidade do povo que tem viva a lembrança do período do seu apogeu. A cidade passou por um período de decadência diminuindo a sua influência enquanto capital da microrregião e assim perdeu várias instituições importantes: a Sede da Sé Apostólica da Igreja Católica, agências bancárias, empresas públicas e privadas, Diretoria Regional de Educação, Diretoria Regional de Saúde, dentre outros.

Portanto, registramos a história da educação do Município de Caravelas refletindo uma visão geral das abordagens históricas na década de 1950. A nossa intenção é apresentar de que maneira o extinto Ginásio Santo Antônio da cidade de Caravelas no Estado da Bahia foi importante para o desenvolvimento da cidade e o contexto histórico, econômico, político e cultural da sociedade da época. Assim, buscamos perfazer a gênese e os fundamentos da história dessa instituição escolar, tendo como campo de investigação as interfaces da história da educação. A investigação leva em consideração o recorte temporal (1950), embora o Ginásio Santo Antônio legou incontestável importância para o desenvolvimento de uma elite escolar na cidade de Caravelas no período de 1950 a 1970. Considerarmos também o

¹ O PARFOR é destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais, sem formação adequada à LDB, oferecendo cursos superiores públicos, gratuitos e de qualidade, além de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, com a oferta cobrindo todos os estados da Federação, por meio de Instituições Públicas de Educação Superior, Federais e Estaduais, com a colaboração de universidades comunitárias.

andamento que o processo educacional tomou através dos tempos, para que possamos entender o ensino escolar no extinto Ginásio Santo Antônio e ainda o processo de construção cultural com a vinda do Colégio Polivalente de Caravelas², que dialeticamente influenciou os moldes sociais de formação do cidadão caravelense inspirado por paradigmas construídos e representados por tessituras políticas geradas e alimentadas no cenário educacional.

Apresentamos como Objetivo Geral: Pesquisar o Ginásio Santo Antônio no Município de Caravelas, como principal instituição de ensino da região do Extremo Sul da Bahia na década de 1950, e a sua importância para o desenvolvimento da cidade no período na década de 1950. E como Objetivos Específicos: Apresentar um panorama sobre a História da Educação no Brasil; contextualizar o município de Caravelas; Resgatar a história do Ginásio Santo Antônio, as políticas públicas e a sua importância para o Desenvolvimento Social e Regional. Para que o Ginásio pudesse ser implantado foi via a Companhia Nacional das Escolas da Comunidade ³ que ganha força local por meio do ativismo do Senhor Moacir de Jesus Siguara, organizador do grupo para dar sustentação para que a instituição escolar pudesse funcionar, uma vez que a sociedade apoiava essa iniciativa.

O aporte teórico em que se pauta este trabalho está baseado nos estudos dos pesquisadores da História da Educação do Brasil, como Demerval Saviani (2008), Moacir Gadotti (1993) Maria Luísa Santos Ribeiro (2000), dentre outros, que discorrem sobre a sua organização, buscando realizar uma interlocução crítica com o campo científico da história por meio das contribuições da Escola do Annales ⁴ (1929) e

² Os colégios Polivalentes começaram a ser construídos no período da Ditadura Militar no Brasil, após a assinatura dos acordos MECUSAID, por meio dos quais foram disponibilizados recursos financeiros, oriundos dos Estados Unidos da América, destinados à educação brasileira. A criação de tais escolas faz parte da reforma educacional já prevista pela Lei nº 5.692/71, que reformulou os ensinos de 1º e 2º graus, tornando este último obrigatório e profissionalizante.

³ A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade foi fundada em 1943, na cidade de João Pessoa, pelo picuiense Felipe Tiago Gomes que se juntou a outros estudantes universitários e fundaram no Recife-PE. Em 1943, fundou a Campanha do Ginasio Pobre, célula embrionária da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC. Assim se estendendo para vários estados do Brasil, adentrando o interior de cada um deles, em cidades e lugarejos onde na sua maioria, a presença do ensino público não se fazia presente. Hoje, constitui-se como a maior rede de ensino do país. ele nasceu no dia 1º de maio de 1921, no Sítio Barra do Pedro, no Município de Picuí - Paraíba; filho caçula de Elias Gomes Correia e de Dona Ana Maria Gomes. Felipe Tiago Gomes deixou uma frase que foi eternizada pelo povo de Picuí-PB sua terra natal e por todos os Cenequista: "Picuí é a terra mais bonita, porque é a minha terra".

especificamente a História Nova baseada nos estudos de Jacques Le Goff (1990,1996) e no pensamento de Peter Burke (1991) que fortalece a base teórica da historiografia como ciência.

Ao nos debruçarmos sobre o passado em suas múltiplas relações com o presente, consideramos importante o saber histórico acadêmico, pois ele recorre a metodologias e procedimentos próprios da pesquisa em história. Com relação à metodologia aplicada no presente trabalho é o Estudo de Caso que, enquanto metodologia representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tantos estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Também utilizamos a pesquisa bibliográfica investigando em fontes primárias: documentos, registros pessoais da época, fotografias jornais, história oral (entrevistas e depoimentos) e questionários com questões abertas e fechadas. Recorreremos ainda à história oral com entrevistas, depoimentos de ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e demais pessoas da comunidade local, além de documentos oficiais, fotografias de acervo pessoal e arquivo oficial em bom estado para reprodução. A matéria-prima para a construção da narrativa histórica são as fontes e sem elas não há historiografia. No entanto, para o pesquisador de Caravelas, a dificuldade é ainda maior, partindo do princípio que as cidades da região não possuem museus e nem arquivos públicos organizados.

Assim, o desafio para o pesquisador é considerável, uma vez que terá de fazer o trabalho investigativo em busca do material pertinente ao seu objeto de pesquisa. Apesar das adversidades existem interessantes possibilidades de fontes. No tocante a este trabalho parte do material foi obtido por meio da construção de rede de relacionamento e conhecimento.

O percurso metodológico é iniciado como produção bibliográfica na qual faz uso dos pressupostos teórico para o embasamento da pesquisa e neste sentido foram utilizadas leituras que proporcionaram encontros e desencontros com os teóricos da

educação, da história, da metodologia e que construiu um arcabouço forjado no conhecimento e na pesquisa. Utilizaremos artigos de revistas científicas; livros adquiridos; acervos das bibliotecas da Faculdade Vale do Cricaré - FVC, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, da Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas, particulares e da *internet*.

Para a organização da pesquisa, a Introdução trata da apresentação do tema perpassando pela justificativa, objetivos, fundamentação teórica e metodologia. O primeiro capítulo trata do aporte metodológico, o tratamento das informações acerca das discussões e a análise das fontes. O segundo capítulo trata da História da Educação no Brasil fazendo um percurso do período da colonização à década de 1950, perpassando pela política, economia, cultura e educação. O terceiro capítulo trata da contextualização da cidade de Caravelas, conhecida como “Princesa de Abrolhos” – enfatizando as suas peculiaridades, educação e políticas educacionais locais. O quarto capítulo trata do resgate histórico do Ginásio Santo Antônio, traçando o percurso histórico da escola desde a sua fundação até o término das suas atividades, enfatizando a sua importância para o desenvolvimento local. Em seguida traremos a Conclusão, Referências e Anexos, embora nenhum trabalho deve ser considerado concluído.

1 - REVISÃO DE LITERATURA

Os elementos basilares voltados para a história enquanto ciência, os princípios norteadores da sua escrita, apresentam interfaces que perpassam a trajetória da ciência historiográfica, como a história positivista e a nova história; a relação temporal do presente, passado e futuro; as mudanças e permanências; os espaços de memória e as memórias; a história como ciências e os diversos sentidos polissêmicos da história. Essa pesquisa se ancora na proposta teórica da História Cultural e para atingir o seu ápice de pesquisa no lineamento científico e acadêmico percorre na linha de pesquisa da teoria e da metodologia da História da Educação e utiliza autores, como: Bloch (2000), Magalhães (1996, 2000), Reis (1998), Saviani (1998), Hobsbawm (1998) Oliveira, (2010), Certeau (1982), Le Goff (1996), Tambara (2000), Ragazzini (2001), Lopes e Galvão (2001), Amaral (2005), Pesavento (2004), Stephanou (2004), Cunha (2002). Na Metodologia da Pesquisa baseia-se no aporte teórico de Gil (2002), Lakatos & Marconi (1995) e norteado pela História Oral, que é referenciado por Thompson (2002).

Em relação à Educação Brasileira foram utilizados os teóricos, como Peres (1995), Faria Filho (2000), Lopes (2000), Huch e Tambara (1995), Xavier (1994). Em Knox (2001), Bittencourt (2004), Nora (1993), Sarlo (2007) foram encontrado subsídios e base teórico nos domínios da história regional e local. Sobre o conceito de Instituição de Ensino (ou Instituição Escolar) buscou-se o aporte teórico em Werle (2002) e Magalhães (1996, 2000). E em referência a identidade institucional usou-se a definição de Werle (1999, 2001).

Portanto, o pesquisador, com formação em Pedagogia e História, apoia as mudanças, com foco na luta para a preservação da memória histórica e que ela desempenhe o seu papel na qual não é tão evidente. Eric Hobsbawm (2012) no seu livro: “A Era dos Extremos: O breve século XX (1914 – 1991)”, considera um dos traços mais característicos da época atual.

Desse modo, destaca que:

[...] A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. Em 1989 todos os governos do mundo, e particularmente todos os ministérios do Exterior do mundo, ter-se-iam beneficiado de um seminário sobre os acordos de paz firmados após as duas guerras mundiais, que a maioria deles aparentemente havia esquecido [...] (HOBSBAWM, 2012, p.13).

A busca dos pressupostos da área implicou no empenho em adquirir competências no âmbito historiográfico (principalmente a teoria e a metodologia da investigação histórica), além de leituras na área da História da Educação.

[...] Assim, o conhecimento que cabe à historiografia educacional produzir consiste em reconstruir, por meio das ferramentas conceituais (categorias) apropriadas, as relações reais que caracterizam a educação como um fenômeno concreto. Essa Orientação pode ser definida como o princípio do caráter concreto do conhecimento histórico - educacional. A história da educação brasileira vem sendo objeto de um razoável número de investigações que, via de regra, a tomam como uma totalidade viva empiricamente dada, formulando, pela análise, algumas relações que iluminam determinados aspectos da realidade investigada, enunciados teoricamente mediante categorias simples, isto é, gerais e abstratas (SAVIANI, 2008, p.3).

Jorge Nagle, que publicou importante trabalho sobre a “Educação e Sociedade na Primeira República” – tese publicada em forma de livro (2001) esclarece em sua palestra no IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” que antes de começar a tese, eram poucos os seus conhecimentos sobre História, História do Brasil e História da Educação Brasileira. E, portanto, percebemos que a produção historiográfica nesta época era insignificante no que se refere a quantidade de trabalhos realizados.

Elomar Tambara, na mesma oportunidade comenta sobre a inclusão de “cristãos novos” na educação brasileira:

[...] muitos provêm de outras áreas do conhecimento que não a história e a pedagogia. Neste sentido, não têm a formação de historiador nem a de pedagogo, o que, em certos casos, é salutar. Mas, de todo jeito, não têm o domínio de determinados procedimentos metodológicos específicos da História e da Pedagogia, o que acarreta uma História da Educação muito peculiar. Obviamente, esta problemática é vista com muito mais intensidade crítica sob o olhar do historiador. Penso diferentemente. Estes novos olhares estão contribuindo para a construção de um caráter híbrido da História da Educação que, acredito, vai caracterizando um novo status acadêmico a esta área [...] (TAMBARA, in SAVIANI, 2000, p.86).

Para esse entendimento, buscamos a contribuição nas disciplinas da graduação em História e do curso de Mestrado além de outras leituras que permitiram realizar este estudo, cuja efetivação estará norteada pela sustentação teórica e investigação histórica. Na área da Teoria da História os autores utilizados são Marc Bloch (2000), historiador francês, um dos fundadores da Escola dos *Annales*, considerada por muitos como a maior obra do século XX na qual em seu livro “Apologia da História ou o ofício de historiador”, inicia a partir da pergunta de seu filho ainda criança sobre a função da história e sobre a reflexão provocada por essa mesma pergunta:

[...] Papai, então me explica para que serve a história.” Assim um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador. Sobre o livro que se vai ler gostaria de poder dizer que é minha resposta. Pois não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares. Mas simplicidade tão apurada é privilégio de alguns raros eleitos. Pelo menos conservarei aqui de bom grado essa pergunta como epígrafe, pergunta de uma criança cuja sede de saber eu talvez não tenha, naquele momento, conseguido satisfazer muito bem. Alguns, provavelmente, julgarão sua formulação ingênua. Parece-me, ao contrário, mais que pertinente. O problema que ela coloca, com a incisiva objetividade dessa idade implacável, não é nada menos do que o da legitimidade da história [...] (BLOCH, 2000, p.41).

March Bloch foi um dos primeiros a se posicionar contra a forma tradicional de entender a história como ciência que se ocupa em estudar o passado, afirmando que somente o passado enquanto tal não poderia ser objeto de estudo de uma ciência. Argumentava que a história deve ocupar-se em estudar também os tempos presentes, contrariando a afirmação daqueles que a interpretavam como uma “ciência do homem”. Para ele, a História só poderia ser considerada como uma “ciência do tempo presente” (Bloch, 2000, p. 55). Bloch defendia que o tempo da História deveria ser pensado em termos de articulação que envolve espaço e tempo e pela ideia de que o

presente é importante para compreensão do passado e vice-versa. Essa formulação aparentemente simples e altamente inovadora tomou força por volta da década de 1940 e influenciou sobremaneira a produção historiográfica.

Para tanto, o historiador é produtor de saber histórico interpretando os seus objetos de estudo. A construção da historiografia é impactada pelos problemas e desafios, frustrações, utopia, diálogos e confronto ligados ao mundo. Conquanto o ofício de historiador demanda muitas buscas que exigem trabalho e seu resultado não é considerado verdade absoluta, completa ou definitiva. O termo “história”, etimologicamente é *histor* (aquele que vê), na qual focaliza a procura do saber. Jacques Le Goff, historiador francês – em seu livro *História e Memória* afirma:

[...] A palavra história (em toda as línguas românticas e em inglês) vem do grego antigo *historie*(...) Esta forma deriva da raiz indo-europeia *Wid, Weid*, “ver”. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia de que historiador “aquele que vê” me também “aquele que sabe”; *historien* em grego antigo é “procurar saber”, “informa-se”. *Historie* significa, pois, “procurar[...]” (LE GOFF, 1996. p.17).

A visão de quem “procura saber” emana do historiador, isto é, daquele que busca identificar, compreender e explicar as atividades humanas. Segundo Michel De Certeau (1982), o historiador padece de uma frustração originária.

Suas pretensões são políticas, uma vez que:

[...] quando o historiador busca estabelecer, no lugar do poder, as regras da conduta política e as melhores instituições políticas, representa o príncipe que não é; analisa o que deveria fazer o príncipe. Esta é a ficção que abre ao seu discurso o espaço onde se inscreve. Ficção efetiva por ser ao mesmo tempo o discurso do senhor e do servidor – de ser permitida pelo poder e defasada com relação a ele, numa posição onde o técnico, resguardando, com o mestre de pensamento pode tornar-se a representar problemas de príncipe. Ele depende do resguardado, como mestre de pensamento pode tornar a representar problemas de príncipe, Ele depende do “príncipe de fato” e produz o ‘príncipe possível’ [...] (CERTEAU, 1982, p.18).

Identificando o trabalho do historiador em um estado de reconstrução da vida coletiva, fazendo conexões e reconstrução dos fenômenos sociais, políticos, econômico e religioso que dão sustentação ao meio social, Eric Hobsbawm diz que:

[...] a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo [...]

Nessa situação os historiadores se veem no inesperado papel de tores políticos. Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas, como os seminários nos quais o IRA aprendeu a transformar fertilizante químico em explosivos [... (HOBBSAWM,1998, p.13).

O trabalho do historiador não é apenas técnico, pois não está restrito ao ambiente acadêmico e nem divorciado das tramas sociais e políticas que dão sentido a sociedade no tempo presente. Para tanto, esta pesquisa acessa de forma direta a memória conforme Oliveira (2010, p. 14).

A memória histórica guarda várias narrativas através dos vários grupos sociais, instituições, classes. A história, como produção do conhecimento científico, compõe outras narrativas. Embasadas numa das visões que a sociedade guardou, muitas vezes, partindo dessa memória, grupos ou indivíduos compõem um conhecimento que vai de encontro a ela.

O profissional de história deve demonstrar essas ligações – do passado com o presente – e, embora não deva instituir numa como verdade única (o que entendemos por história tradicional é exatamente essa operação), deve ter clareza de que a memória influencia a história, a história influencia a memória.

Em uma produção de histórias locais, porque esses textos são produzidos não somente por historiadores de ofícios, mas por diversos historiadores que atuam em outras áreas e que se interessam pelo assunto dos lugares onde vivem ou conhecem e principalmente buscam valorizar as memórias por meio dos monumentos, histórias de seus moradores, e pelos próprios acontecimentos locais. Neste sentido, a história local

[...] tem sido elaborada por historiadores de diferentes tipos. Políticos ou intelectuais de diversas proveniências têm-se dedicado a escrever histórias locais com objetivos distintos e tais autores geralmente são criadores de memórias mais do que efetivamente de história. A memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores como para o ensino (BITTENCOURT, 2004; p. 168).

A pesquisadora induz uma reflexão que enfoca a relevância da história local sobre o olhar de diferentes estudiosos ou membros da sociedade, a história voltada para outras visões. As memórias são criadas e recriadas pelos autores que miram no horizonte da história da vida e das historicidades de municípios, vilas, bairros, monumentos, instituições, expressando os diversos sentimentos e recordações das pessoas que nestes locais vivenciaram as experiências, ou seja, há uma interação humana. Na produção da História Local figuram vários agentes que tem a função de garantir história/memória contemporânea. Pierre Nora (1993) ao refletir sobre os lugares de memória indica a importância de celebrar e vivenciar a memória nas datas, aniversários, atos fúnebres que vão se lembrando na memória. Deste modo, o olhar para a História Local apresenta os diversos lugares de memória, que dependendo do uso e da apropriação que a comunidade tem é significativa, pois na visão de Nora os “lugares de memória” podem ser identificados.

Nora (1993, p.21-22) considera que:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o reveste de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três coexistem sempre.

Portanto, este trabalho deságua em uma narrativa histórica, focando no pensamento de Edward Palmer Thompson (1992) que categoricamente afirma: “[...] a linguagem é instituinte e, portanto, a narrativa histórica não deveria desprezar esta sua dimensão construtiva.” (Thompson, 1992, p. 12). O trabalho científico para se tornar eficaz, deve enxergar que fontes necessitam do enfoque que o historiador faz a respeito de cada fonte que ele utiliza. Porque o trabalho historiográfico é fazer com que estas fontes sejam historiográficas, pois segundo Dário Ragazzini (2001) em seu livro “Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?” afirma que:

[...] as fontes não falam por si. São vestígios, testemunhos que respondem - [...] - às perguntas que lhes são apresentadas. A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. [...] A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados (accertabilità) sobre o passado (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Nessa perspectiva, o historiador deve relatar o ocorrido entre as relações sociais de cada época destacando e elaborando valores que acabavam por determinar a posição do homem e/ou instituição e seu lugar na sociedade. Assim, não existe sociedade sem memória e esta é constituída pelos vestígios deixados pelas gerações passadas.

2 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Este capítulo apresenta uma reflexão acerca da história da educação brasileira, no contexto político-econômico-social e a sua relação com as diversas correntes pedagógicas, bem como entender a educação da atualidade perpassando por períodos históricos a partir de 1500. O relato se inicia no período colonial, focando o ensino ministrado pelos jesuítas, e vai até meados do século XX, com as políticas promovidas pelos militares incentivado pelos órgãos internacionais. Os períodos históricos que serão contemplados neste estudo são: Colônia e Império (períodos: jesuítico, pombalino, joanino e imperial); República (1ª e 2ª); Estado Novo; Nova Republica e Regime Militar.

- **Colônia e Império**

Com a chegada dos portugueses em 1500 o Brasil passa por um processo de negação da tradição cultural do ameríndio, o nativo das terras brasileiras. A educação oficial começa com a chegada dos jesuítas e que tem na sua base história desde esse período até os dias atuais. Segundo José Luiz de Paiva Bello (2001),

A História da Educação Brasileira não é uma História difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas.

A primeira grande ruptura travou-se com a chegada mesmo dos portugueses ao território do Novo Mundo. Não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu (BELLO, 2001, p.1).

O período do Brasil Colônia vai de 1500 e se estende até a Independência em 1822 e a história da educação brasileira escolar ou a educação regular institucionalizada é passada por três fases ou períodos: fase de predomínio dos jesuítas; fase das reformas realizadas pelo Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759 e o período em que D. João VI, então rei de Portugal, que trouxe a Corte para o Brasil (1808- 1821).

- **Período Jesuítico (1549 – 1759)**

Este período histórico da educação brasileira refere-se à presença dos jesuítas que estiveram oficialmente à frente do processo educacional da nova colônia portuguesa no novo continente. Também chamada de Companhia de Jesus, essa ordem religiosa da Igreja Católica foi fundada pelo espanhol Inácio de Loyola, no contexto da contrarreforma católica na qual tinha como objetivo diminuir o avanço protestante e a perda de fieis no velho continente europeu. Uma das formas de alcançar esta proposição era investir nas novas descobertas de fieis do continente americano. O papel dos Jesuítas enquanto educadores não era apenas o da missão e da religião e sim como afirma Maria Cristina Leal (1996): a formação dos funcionários do Estado, pois nem sempre esta responsabilidade estava nas mãos do poder central.

A relação entre a dominação tradicional de tipo patrimonial e o sistema educacional pode ser considerada importante ponto de partida para estudos voltados para a compreensão da herança cultural portuguesa e cristã do Brasil. A sua investigação, no contexto metropolitano português e colonial (Brasil), do século XVI ao XVIII, tendo como pressuposto o fato de que a dominação patrimonial se complementou e se alimentou da educação tradicional organizada, pelos padres da Companhia de Jesus, pode contribuir para interpretações e novos estudos sobre a base cultural e educacional comum do Estado e da sociedade luso-brasileira (LEAL, 1996, p.85).

Isto aconteceu até a formação e efetivação do estado laico português que segundo Leal (1996):

[...] no caso da formação de seu quadro para o Estado patrimonial, esta formação se deu por meio de alianças, troca de privilégios e favores e com a delegação dessa tarefa a instituições e organizações especialmente treinadas para a transmissão de um saber especializado. Nesse caso enquadra-se o patrimonialismo português, caracterizado pela de vasta burocracia, distribuição de privilégios e fronteiras pouco definidas entre o público e o privado. A sua origem está assentada na luta pela reconquista da península Ibérica, no Padroado, na Monarquia absolutista, no Mercantilismo e na Contra Reforma (LEAL, 1996, p.85).

Este foi o ambiente luso brasileiro no qual nasceu e cresceu o sistema educacional jesuítico, com caráter confessional e público, portanto o seu desenvolvimento atendia a necessidade de dominação e formação da burocracia do

Estado leigo e eclesiástico. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549 em Salvador, quando a ordem tinha apenas nove anos de existência. O grupo formado por Padre Manoel de Nóbrega, Irmão Vicente Rodrigues e José de Anchieta, dedicava-se a pregação da fé católica e ao trabalho educativo, ou seja, eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia, trouxeram também os métodos pedagógicos.

Na sua atividade, os religiosos, compreenderam que não seria possível converter os nativos brasileiros à fé católica sem que soubessem ler e escrever e o seu sucesso no campo educacional de acordo com Fernando de Azevedo (1963), estava no fato de ministrar o ensino gratuito, graças a aliança da Igreja/Coroa.

A obra jesuítica estendeu-se de Salvador para o sul e, em 1570, já era composta por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). As escolas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loyola, a *Ratio at que Institutio Studiorum Societatis Jesus*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum* que segundo Mário A. Manacorda (1992)

Regulamentou rigorosamente todo o sistema de ensino escolástico Jesuítico: a organização em classe, os horários, os programas e a disciplina. Eram previstos seis anos de *Studia Inferiora*, o secundário propriamente dito, em cinco cursos (três da gramática, um de humanidades ou poesia, um de retórica); Um triênio de *Studia Superiora* de Filosofia (Lógica, física, ética), um ano de Metafísica, matemática superior, psicologia e fisiologia. Após um *repetitiogeneralis* e um período de prática de magistério passava-se ao estudo de teologia que durava quatro anos (MANACORDA, 1992, 202).

Percebemos que os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras – além do curso elementar eles mantinham os de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes, o que muito contribuiu para a educação das elites.

Criaram as reduções ou missões, no interior do território, na qual tinha a função de catequizar os índios. Em 1759 a Companhia de Jesus foi expulsada de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, que foi primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, na época do Reinado

de D. José I. Nesta época Portugal vivia o chamado Despotismo Esclarecido⁴ e Segundo Mario Furley Schmidt (2008) a medida de Pombal contra os jesuítas tinha a influência do Anticlericalismo Iluminista, além dos motivos econômicos, pois no Brasil os seguidores de Loyola tinham terras, plantações, gado e escravos. Entretanto, as outras ordens religiosas católicas continuaram vivendo no Brasil com tranquilidade. Foram 500 padres jesuítas, expulsos pelo Marquês de Pombal, Ministro de D. José I, paralisando 17 colégios, 36 missões, seminários menores e escolas elementares, acabando o reinado absoluto de 210 anos do método de ensino Jesuítico que foi 1549 a 1759, que segundo Bello (2001) o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos. Segue agora o período histórico que tem como destaque a ausência dos jesuítas na educação do Brasil.

- **Período Pombalino (1760 - 1808)**

Neste período, apesar da expulsão dos jesuítas as outras ordens religiosas aqui presentes realizavam o trabalho em escolas e colégios, lembrando que pouca coisa restou da prática educativa no Brasil, pois o trabalho maciço pertencia a Companhia de Jesus. Continuou em funcionamento o Seminário Episcopal, no Pará e os Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares na Bahia; a Escola de Artilharia no Rio de Janeiro. O Alvará de 28 de julho de 1759 determina a instituição de aulas de gramática latina, aulas de grego e de retórica, além de criar o cargo de "Diretor de Estudos". Com esta decisão a educação foi reduzida, pois o sistema jesuítico era praticamente o Sistema Educacional Oficial no Brasil e foi desmantelado e não houve nada organizado para que pudesse chegar próximo da estrutura montada pela Companhia de Jesus para dar continuidade ao trabalho. Chamada de Reforma Pombalina de Educação substituiu o sistema jesuítico e o ensino passou a ser dirigido pelos vice-reis nomeados por Portugal.

⁴Eram monarcas absolutistas que empreenderam algumas reformas baseadas em ideias iluministas, mas o antigo regime permanecia de pé.

O Alvará Régio de 26 de novembro de 1772 instituiu um novo imposto chamado de "subsídio literário", que era destinado à manutenção dos ensinos primário e médio, que segundo Elza Nadai e Rogério Fernandes (1996) esse imposto seria

[...] cobrado em todo o reino português – na América e na África incidiria sobre as carnes cortadas nos açougues e sobre as aguardentes. No primeiro caso, seria “de um real em cada arrátel de carne da que for cortada nos açougues” e no segundo “de dez reis em cada Canadá de aguardente”; este cobrado também nas possessões asiáticas. Na metrópole recairia sobre a produção de vinho. Nas instruções subsequentes foi criado o aparelho burocrático para o controle da cobrança do novo imposto: Junta da administração da Fazenda das escolas menores e instituídos os livros de contas correntes de arrecadação, entre outros (NADAI & FERNANDES, 1996, p. 125).

De acordo com os autores a cobrança desse imposto não foi tranquila e nem fácil, houve resistências pessoais e institucionais, principalmente de Câmaras Municipais, tanto no Brasil como na Metrópole com várias práticas para burlar ou diminuir a cobrança (Nadai & Fernandes, 1996). A educação empreendida pela ordem jesuítica não atendia aos interesses comerciais emanados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, o Marques de Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado. Esta situação da educação brasileira só muda com a chegada da família real ao Brasil, como veremos a seguir.

- **Período Joanino: 1808 – 1821**

Este período histórico do início com a chegada da família real no Brasil e a transferência da Corte Portuguesa para a Cidade do Rio de Janeiro permitiu na educação brasileira uma nova ruptura com a situação anterior. O rei D. João VI instalou a Academia Militar, Escolas de Direito e Medicina, fundou a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. São fundadas a Escola de Medicina da Bahia (Salvador) e a do Rio de Janeiro (atual Faculdade Nacional de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ); entre 1809 e 1810, a Real Academia Militar e a Escola de Engenharia, ambas no Rio de Janeiro. Portanto percebe-se uma grande mudança na vida social, política e econômica da sociedade brasileira.

- **Período Imperial: 1822 – 1888**

Marcado com o início do Processo de Independência do Brasil, teve sua Genesis na Revolução Liberal do Porto em 1820. Na economia o modo de produção era a transição do Escravismo para o Capitalismo Agrário. O Estado era o Império Constitucional no qual alternavam nos poderes liberais e conservadores.

A Independência do Brasil teve diversas lutas travadas em solo brasileiro. Alguns acontecimentos históricos neste período são de grande relevância para a educação. O primeiro foi em 1824, quando é outorgada a primeira Constituição Brasileira, pois em seu Art. 179 diz que a "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos". Segundo Sofia Lerche Vieira (2007),

Com a proclamação da Independência e fundação do Império do Brasil, em 1822, inicia-se uma fase de debates e projetos que visavam a estruturação de uma educação nacional. Com a abertura da Assembleia Legislativa e Constituinte, em 3 de maio de 1823, D. Pedro referiu-se à necessidade de uma legislação particular sobre a instrução. Abertas as sessões da Constituinte e eleita a Comissão de Instrução Pública, os trabalhos desenvolvidos nos seis meses de seu funcionamento produziram dois projetos de lei referentes à educação pública. Embora esse debate tenha sido intenso, em virtude da dissolução da Constituinte de 1823, não veio a traduzir-se em dispositivos incorporados à Constituição de 1824. A primeira Carta Magna brasileira traz apenas dois parágrafos de um único artigo sobre a matéria. Ao tratar da "inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros", estabelece que "A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos" (art. 179, § 32). A segunda referência diz respeito aos "Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes" (Art. 179, § 33).

A presença desses dois únicos dispositivos sobre o tema no texto de 1824 é um indicador da pequena preocupação suscitada pela matéria educativa naquele momento político. É de se ressaltar, entretanto, a referência à ideia de gratuidade da instrução primária para todos, tema não contemplado pela Lei de 15 de outubro de 1827 ou pela primeira Constituição republicana, de 1891, a ser detalhada adiante. Não deixa de surpreender que, mesmo no nível das expectativas, a República silencie sobre tema acerca do qual o Império se pronuncia.

Como se vê, no contexto do nascente Império, o texto constitucional passa ao largo da matéria educacional, muito embora o Brasil tenha sido um dos primeiros países a inscrever em sua legislação a

gratuidade da educação a todos os cidadãos, apesar de esta não ter se efetivado na prática (Oliveira, Adrião, 2002). O momento de maior destaque para a educação no período – a promulgação da Lei de 1827 – é posterior à Carta de 1824, não tendo com esta uma relação direta. Torna-se clara, assim, a pequena relevância do tema para os constituintes sob o jugo da autoridade do primeiro imperador à ideia de gratuidade da instrução primária para todos, tema não contemplado pela Lei de 15 de outubro de 1827 ou pela primeira Constituição republicana, de 1891, a ser detalhada adiante. Não deixa de surpreender que, mesmo no nível das expectativas, a República silencie sobre tema acerca do qual o Império se pronuncia (VIEIRA, 2007, p.04).

O segundo acontecimento deste período foi que para suprir a falta de professores que era grande, foi instituído em 1823 o Método Lancaster⁵, ou do "ensino mútuo", onde um aluno treinado também chamado de "decurião" ensinava a um grupo de dez alunos chamado de "decúria" sob a vigilância rígida de um inspetor.

Em 1834 o Ato Adicional à Constituição que dispõe sobre a responsabilização das províncias que passaram a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário, na qual Segundo Monlevade (1997), foi o fato educacional mais significativo, pois:

⁵Na historiografia ficou conhecido como Método de Ensino Mútuo, Método Monitorial, Método Inglês de Ensino, Método de Lancaster, Método Lancasteriano de Ensino e também como Sistema de Madras. O *quaker* inglês Joseph Lancaster (1778-1838), identificado com o trabalho pedagógico realizado em Madras, na Índia, pelo pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832), e com os ideais reformadores do jurista inglês Jéremy Bentham (1748-1792), autor do *Panóptico*, estabeleceu em 1798, uma escola para filhos da classe trabalhadora, também utilizando monitores para o encaminhamento das atividades pedagógicas. Todavia, Lancaster amparou seu método no ensino oral, no uso refinado e constante da repetição e, principalmente, na memorização, porque acreditava que esta inibia a preguiça, a ociosidade, e aumentava o desejo pela quietude. Em face desta opção metodológica ele não esperava que os alunos tivessem "originalidade ou elucubração intelectual" na atividade pedagógica, mas disciplinarização mental e física. Em Lancaster, o principal encargo do monitor não estava na tarefa de ensinar ou de corrigir os erros, mas sim na de coordenar para que os alunos se corrigissem entre si. Para Lancaster, os monitores eram os responsáveis pela organização geral da escola, da limpeza e, fundamentalmente, da manutenção da ordem, outra tarefa relevante do monitor lancasteriano. Diferentemente de Comênius, Lancaster defendia uma proposta disciplinar de instrução, relacionada a disciplinarização da mente, do corpo e no desenvolvimento de crenças morais próprias da sociedade disciplinar, e não na independência intelectual. Observa-se que a utilização de monitores, no método do educador morávio e no de Lancaster, estavam sob pressupostos pedagógicos bastante diferentes entre si. Portanto, considero oportuno problematizar o discurso, consolidado e assumido por uma historiografia de larga tradição, que trata o Ensino Mútuo e o Método Lancasteriano como métodos que se identificam entre si, como iguais, como sinônimos, apesar da visibilidade dos distanciamentos teórico-metodológicos.

De certa forma, a descentralização dos serviços públicos é uma tendência histórica saudável, já que aproxima a clientela da autoridade responsável. O problema é que, sem recursos financeiros, humanos e materiais, as províncias foram gravadas com um encargo a que não puderam responder na medida das necessidades. Resultado: Até o fim do período, com exceção do estado de São Paulo, cada Província (e, a partir de 1889, cada Estado) só conseguiu fundar e manter um colégio secundário (MONLEVADE, 1997, p. 29-30).

A Primeira Lei Geral relativa ao Ensino, de 15 de outubro de 1827, dispõe sobre as escolas de primeiras letras, fixando-lhes o currículo e institui o ensino primário para o sexo feminino e segundo Vicente Martins:

Este decreto, outorgado por Dom Pedro I, veio a se tornar um marco na educação imperial, de tal modo que passou a ser a principal referência para os docentes do primário e ginásio nas províncias. A Lei tratou dos mais diversos assuntos como descentralização do ensino, remuneração dos professores e mestras, ensino mútuo, currículo mínimo, admissão de professores e escolas das meninas (MARTINS, s/d, p.1).

Em 1872, o Brasil contava com uma população de 10 milhões de habitantes e apenas 150.000 alunos matriculados em escolas primárias, com isso tinha um índice de analfabetismo elevadíssimo que chegava a 66,4% da população. Este período da história se findou com a libertação da escravidão dos negros e o retorno da família imperial para Portugal.

- **República**

O período republicano teve início em 1889, com a Proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em vigor até os dias atuais. É considerado o marco da passagem do Brasil entre os séculos XIX e XX e traz um ampliado leque de informações e debates históricos. Os primeiros momentos foram assinalados pela República da Espada, os governos oligárquicos, a ordem política excludente e manifestação de diversas revoltas. A sociedade brasileira, de acordo com Maria Teresa Penteadó Cartolano (s/d) vivia nas últimas décadas do século XIX um tempo de crise das instituições (monárquica, escrava, religiosa, educacional), dos costumes e dos valores. Foi um tempo de rupturas com base econômica fundada na agricultura de exportação e na mão de obra escrava. No Século XX este período traz a instalação

da ditadura militar, como um dos períodos instalados Brasil: República Velha, Era Vargas, República Populista, Ditadura Militar e a Nova República. E em seguida veremos os aspectos relevantes de cada fase dando ênfase à história da educação no Brasil.

- **Primeira República: 1889-1929**

Também chamada de República Velha é dividida em: República da Espada, marcada pelos governos dos militares e a República das Oligarquias caracterizada por governos ligados ao setor agrário, que se mantinham no poder de forma alternada por meio da “política do café com leite”. A quebra dessa troca de governo provocou a Revolução de 1930 e marcou o fim da República Velha. Na economia há uma transição do modo de produção que sai do Escravismo para o Capitalismo Agrário, na qual a sociedade passa a ser assalariada Rural e Urbana e a mudança de uma cultura religiosa para a cultura laica e científica.

Em relação à organização escolar há a influência da filosofia, na qual as noções, ideias, e procedimentos voltados ao ambiente escolar – disciplinas, conteúdos, métodos de ensino tinham que ser filtrados pela mentalidade científica que estava em formação (Penteado, s/d). De acordo com esse pensamento surge no cenário da educação brasileira a Reforma de Benjamin Constant (1891), dirigida ao ensino do Distrito Federal, na época, Rio de Janeiro. Tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária, conforme a Constituição Brasileira de 1891, que foi a primeira Carta Magna escrita na República. Tinha o pensamento liberal, que segundo Lilian Alves Pereira e outros (2013) o artigo “Origem da Escola Pública Brasileira: a formação do novo homem” norteava a cultura escolar e a educação popular concebida como projeto de uma nova ordem social.

Em contrapartida o percentual de analfabetos no ano de 1900, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, do Instituto Nacional de Estatística, era de 75% e de acordo com Paulo Ghiraldelli Jr. “Para os olhos de alguns, era como se a República não tivesse de fato tornado a “coisa pública” algo realmente público – o ensino público

não aparecia como prioridade” (Ghiraldelli Jr., 2009, p.33) e segundo Pereira & Felipe & França (2013) o objetivo da escola pública era a escolarização das camadas populares, porém, não abrangia os pobres, os miseráveis e os negros. Neste período houve o surgimento de uma modalidade escolar com proposta de organização curricular e administrativa voltada para a implantação dos “grupos escolares” que surgiram primeiro na Europa e nos Estados Unidos, e foi criada no Brasil primeiramente em São Paulo e que na opinião de Saviani (2006) foi um fenômeno urbano porque no meio rural só havia escolas isoladas.

Por volta de 1920, os setores até então excluídos da escola pública começam a reivindicar o seu espaço e despertou na elite brasileira a preocupação com a organização do sistema capitalista que dependia da preparação da massa para o mercado de trabalho e a partir desta realidade surge a luta pela Escola Nova no Brasil. Foi elaborado um documento base chamado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, liderado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, cujo objetivo foi o de realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional, que tinha por princípio a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e a unidade da escola.

Segundo Saviani (2006) essa vertente pedagógica, parte do pressuposto que a educação é função do Estado e se dirige a todos os graus ou estágio de ensino. Considera o manifesto um marco divisor na história da educação do Brasil, sem contar que as ideias projetadas no documento que influenciou o texto da carta magna de 1934. Durante esse período foi fundada a Academia Brasileira de Letras por Machado de Assis. A quebra da troca de governo entre paulistas e mineiros provocou a Revolução de 1930 e marcou o fim da República Velha.

- **Segunda República: 1930 – 1936**

A Revolução de 1930 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial, especialmente como consequência imediata do “crack” da Bolsa de Valores de Nova York. O capital

disponível para o investimento no Centro-Sul do Brasil se deslocou para a indústria (Monlevade, 1997). A nova realidade social e econômica brasileira passou a exigir mão de obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Neste período uma geração de grandes educadores como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Almeida Júnior, contribuíram de forma significativa para a produção do pensamento pedagógico liberal no Brasil.

Foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que resultou em ação prática do governo provisório acerca da educação do país, com a construção do Sistema Nacional de Educação Federativa:

[...] a União aumentou seus investimentos em educação superior, fundando Universidades em todos os Estados, os governos estaduais ampliaram explosivamente as vagas nas escolas primárias e nos ginásios. (MONLEVADE, 1997, p.34).

Em 1930, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP, os alunos matriculados nas escolas correspondem a 30% da população em idade escolar. Em 1936, os poderes públicos mantêm e controlam 73,3%; 24% das escolas particulares não obedecem aos padrões oficiais de ensino.

Em 1931 foram sancionados decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes que deram origem ao que é chamado de "Reforma Francisco Campos", por ser o primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública do Brasil, dentre os quais:

- Decreto 19.850, de 11 de abril – cria o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (que só vão começar a funcionar em 1934);
- Decreto 19.851, de 11 de abril – institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
- Decreto 19.852, de 11 de abril – dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- Decreto 19.890, de 18 de abril – dispõe sobre a organização do ensino secundário;

- O Decreto 20.158, de 30 de julho – organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
- Decreto 21.241, de 14 de abril – consolida as disposições sobre o ensino secundário.

Em 1932 houve um grande movimento em favor da Escola Liberal, Laica e Pública chamado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, na qual visava “a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”. Outro marco importante foi em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), reconhecida como a mais importante universidade brasileira. Em 1930, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP, os alunos matriculados nas escolas correspondem a 30% da população em idade escolar. Em 1936, os poderes públicos mantêm e controlam 73,3%; 24% das escolas particulares não obedecem aos padrões oficiais de ensino.

- **Estado: Novo 1937-1945**

Este período histórico é chamado também de “Era Vargas” marcado pelo clima de tensão entre as oligarquias e os militares - principalmente no estado de São Paulo, o que provocou a Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) promoveu uma tentativa de golpe contra o governo Getúlio Vargas – a Intentona Comunista. Getúlio aproveitou o episódio para declarar estado de sítio e ampliar seus poderes políticos. Nessa época, adotou um discurso nacionalista e começou a articular um movimento pela sua permanência na presidência. Em 10 de novembro de 1937 é outorgada uma nova Constituição, que é chamada de “Polaca”. Em 1945, o Exército ao participar da 2ª Grande Guerra Mundial, não apoiou o governo de formato ditatorial como era combatido na Europa e derrubou o presidente.

O Brasil, na época, visava a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional, que propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém

ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário também dispõem como obrigatório o ensino da disciplina Trabalhos Manuais em todas as escolas primárias, secundárias e normais. São criados o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP e a União Nacional dos Estudantes – UNE.

Em 1942, por iniciativa do Ministro de Estado da Educação Gustavo Capanema, são implantadas algumas reformas que receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas pelas seguintes Decretos-leis, no decorrer do Estado Novo:

- Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, regulamenta o ensino secundário;
- Decreto-lei 4.481, de 16 de julho, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI;
- Decreto-lei 4.436, de 7 de novembro, amplia o âmbito do SENAI, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca;
- Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes;

De acordo com a Reforma Capanema, o ensino passa a ser composto, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial.

- **Nova República: 1946-1963**

Este período histórico é também chamado de Governo Populista iniciado após a queda de Getúlio Vargas e a eleição do general Eurico Gaspar Dutra para presidente do Brasil. A Assembleia Constituinte em 1946 criou a quinta constituição brasileira, que estabeleceu os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na qual segundo Paulo Ghiraldelli Jr.,

Apesar de ter aspectos liberais, o ordenamento legislativo do país manteve determinadas características do regime ditatorial e, além disso, sofreu máculas quando, por exemplo, ocorreu o episódio da cassação do direito de existência legal do Partido Comunista (PCB). O PCB perdeu seu registro em 1947 e daí por diante não recuperou mais a possibilidade de assento legal no Parlamento. Os partidos existentes não escaparam do clima político da época: o populismo; ou seja, o aparecimento de líderes que mais comandavam as massas por carisma, dinheiro, compra de votos e discurso em favor do trabalhismo ou de interesses menores das classes médias do que por possuírem alguma plataforma racional de trabalho⁶³. Mas não se pode dizer que neste período os partidos políticos não empolgaram o eleitorado. De certo modo, se distinguiram em suas atuações, dando ao Brasil um aspecto diferente, mais moderno. Pela primeira vez parecíamos, ainda que com várias ressalvas, estar funcionando em uma democracia. Entre os vários partidos existentes nesses anos três deles se destacaram na medida em que dirigiram a cena política do país: o PSD, o PTB e a UDN (GHIRALDELLI JR., 2001 p.80-81).

No ano de 1950, Vargas volta ao cenário político e vence as eleições presidenciais, assumindo uma postura nacionalista. Recebeu apoio de empresários, das Forças Armadas, de políticos no Congresso, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da sociedade civil. Enquanto isso, a oposição crescia e se organizava contra o governo. Em 23 de agosto de 1954, 27 generais exigem publicamente a renúncia de Vargas. Na manhã de 24 de agosto, Vargas comete suicídio.

Em janeiro de 1955 Juscelino Kubitschek assume a presidência com a promessa de realizar “cinquenta anos em cinco”. A reação à política de Kubitschek veio com a eleição do populista Jânio Quadros, que renunciou ao mandato após sete meses de sua posse. Nesta época, especulou-se que a renúncia foi uma estratégia usada pelo presidente para conseguir que o Congresso lhe oferecesse poderes totais.

Mas ao contrário do que Jânio esperava, o Congresso aceitou prontamente a sua saída.

Durante esse período houve um grande movimento a favor da escola pública, universal e gratuita. A Constituição de 1946 previa na área da educação a determinação da obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar a respeito desta matéria. Foi criada no mesmo ano a 1ª LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Outro acontecimento importante foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, atendendo as mudanças exigidas pela sociedade após a Revolução de 1930. Surgiram ainda algumas inovações no ensino, como em:

- 1952, em Fortaleza/Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima inicia uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético;
- a 1953 a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio que adota o atual nome de Ministério da Educação e Cultura – MEC;
- 1961 a Prefeitura Municipal de Natal/RN implanta a técnica didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, que propunha alfabetizar em 40 horas os adultos iletrados;
- 1962 criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire.

- **Regime Militar – Período Ditatorial: 1964-1985**

Com o aumento da crise política provocadas pela renúncia de Jânio Quadro o seu vice é empossado, mas gera desconfianças causando tensões sociais, em março de 1964. Tropas em Minas Gerais e São Paulo saem às ruas e tomam o poder em um golpe militar. No dia 9 de abril, é decretado o Ato Institucional Número 1 (AI-1), que cassa mandatos políticos e tira a estabilidade dos funcionários públicos. O Marechal Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente. Em seu governo, foram promulgados os Atos Institucionais, que suspenderam os direitos políticos dos cidadãos. Em 1967, o Marechal Arthur da Costa e Silva assume a presidência e

decreta, em 1968, o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que fechou o sistema político e ampliou a repressão da ditadura.

No final de 1969, Costa e Silva adoece e é substituído por uma junta militar. Em seguida, o general Emílio Garrastazu Médici assume a presidência. Com ele, cresce a repressão e uma severa política de censura foi colocada em prática para todos os meios de comunicação e expressão. O Sucessor de Médici foi o general Ernesto Geisel que iniciou um lento processo de transição rumo à democracia. Em 1978, ele põe fim ao AI-5 e impõe o general João Batista Figueiredo para a sucessão. Figueiredo como presidente decretou então a Lei da Anistia e restabelece o pluripartidarismo.

Durante o Regime Militar foram criadas agências de apoio à pesquisa e à pós-graduação, houve a ampliação do ensino obrigatório de quatro a oito anos. A partir de 1964 muitos educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos e a UNE foi proibida de funcionar. Houve expansão das universidades no Brasil.

Para sanar um dos males da educação, que era o analfabetismo de adultos, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, no qual aproveitava, em sua didática, o método do educador pernambucano Paulo Freire. O MOBRAL tinha como proposta a erradicação do analfabetismo, que infelizmente não obteve êxito e entre denúncias de corrupção, acabou sendo extinto. Uma nova LDB foi promulgada, a Lei 4.024, de 1971 que visava a formação educacional de cunho profissionalizante. Fixou o fim da disciplina de História, Geografia, Filosofia e Sociologia e criou as disciplinas: Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica – EMC e Organização Social e Política do Brasil – OSPB. Durante a Ditadura Militar houve o fechamento de cursos na área social.

3 - CIDADE DE CARAVELAS: EXTREMO SUL DA BAHIA

Caravelas, cidade localizada no Extremo Sul da Bahia é relativamente um município grande em relação à região. Faz parte da Mesorregião do Sul Baiano e da Microrregião de Porto Seguro, fica a 870 km da capital, Salvador.

Sua sede dá acesso às rodovias BR 418 e a BA-001. A cidade fica às margens do Rio Caravelas, que se encontra com o mar. Faz limite: ao norte com os municípios de Nova Viçosa, Ibirapuã, Lajedão; ao sul com Alcobaça, Teixeira de Freitas; ao leste com o oceano Atlântico e ao oeste com Medeiros Neto. A sua área é de 2368,75 km² segundo o censo do IBGE (2010) com população de 21.414 habitantes. Sua densidade demográfica é de 9,05 hab./km², tem altitude de 10 m, faz parte do Bioma da Mata Atlântica. O seu clima é equatorial (classificação climática de Köppen - Geiger: Af) e fuso horário é o UTC-3. As coordenadas geográficas de localização do Município são: Latitude – 17°43'55'' Sul e Longitude – 39° 15'57'' Oeste.

Historicamente foi a Capitania Hereditária⁶ de Porto Seguro, na qual essa região abrange atualmente 21 municípios Belmonte, Itapebi, Itagimirim, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Itabela, Itamaraju, Prado, Jucuruçu, Vereda, Alcobaça, Caravelas, Teixeira de Freitas, Itanhém, Medeiros Neto, Lajedão, Ibirapuã, Mucuri, Nova Viçosa, como vemos em destaque do Mapa da Bahia a região do Extremo Sul da Bahia. Essa região faz divisa com os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. De acordo com José Koopmans, padre católico, natural da Holanda, radicado na região há mais de 40 anos, militante das causas sociais e ambientais da região e falecido em 2011, em seu livro: "Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul." (2006) fala que o Extremo sul da Bahia

não é uma região qualquer. Foi nesta região, que há quase 500 anos, os primeiros "colonizadores" colocaram seus pés. É aqui o berço da nacionalidade, onde encontramos, não somente ainda ecossistemas essenciais para o país e o mundo inteiro, como o Parque Marinho dos Abrolhos, o Parque de Monte Pascal, e os remanescentes da Mata

⁶ As Capitânias hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa). Fonte: <http://www.historiadobrasil.net/capitaniashereditarias/>

Atlântica com sua fauna e Flora únicas, e ainda “remanescentes” de uma cultura antiga dos Povos Pataxós e dos Quilombos (KOOPMANS, 2005, p.11).

Dada a todos os contextos sociais e principalmente históricos, esse foi o local de origem do Brasil como colônia de Portugal, e partindo dessa premissa é que podemos vislumbrar a cidade de Caravelas como referência na história da pátria brasileira.

A história de Caravelas é baseada no trabalho chamado “Relatos Históricos de Caravelas (desde o Século XVI), desenvolvido pela Fundação Professor Benedito Ralile, livro de autoria do Padre José Koopmans intitulado: “Além do Eucalipto, o papel do Extremo Sul”, 2ª edição revisada, 2005; no artigo Culturas e Identidades: O Extremo Sul da Bahia, uma região em construção, de Maria Hilda Baqueiro Paraíso e Cristina Nunes; na entrevista de Francisco de Almeida Oliveira concedida em 2013; no livro de viagem ao Brasil do Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied e em diversos relatos de antigos moradores da cidade e região.

A poesia que descreve Caravelas está contida no Hino da Cidade e tem como autoria o poeta Antônio Soares de Alcântara e música do regente e compositor Emílio Gomes Pereira, ambos naturais de Caravelas. Foi oficializado pela Lei nº 012 /2003, de 04 de setembro de 2003, na qual é uma expressão viva e histórica do que representa o orgulho do povo caravelense por sua terra, sua história, sua tradição, demonstrando o seu orgulho de ter mais de 400 anos de história registrada em diversas literaturas nacionais. A título de ilustração, o referido hino é descrito a seguir, por fazer parte dos símbolos oficiais da cidade.

HINO DE CARAVELAS

Num formoso rincão da Bahia
Sob o palio de luz do cruzeiro
Vive um povo de fibra sadia
Que se orgulha de ser brasileiro

Hei de amar minha terra ditosa

de passagens tão gratas e belas
Geratriz do genial Ruy Barbosa
E notáveis varões
– Caravelas

Junto aos céus de frondosas mangueiras
Ao trinado de seu gaturamo
prazenteira entre as mais prazenteiras
Eis a bela cidade a que eu amo...

No oceano revolto da vida
vai vencendo temíveis escolhos
Tendo a frente a coroa cingida
De princesa real dos Abrolhos.

De acordo com a narrativa do Professor de História aposentado, Francisco de Almeida Oliveira (2005), a cidade de Caravelas pode ser descrita como uma cidadezinha provinciana e que ainda cultua esses hábitos de interior porque qualquer novidade que vem para Caravelas, a sociedade tradicionalista começa a colocar entraves para perpetuar as suas primitivas características.

- **Aspectos históricos**

Com a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral (1500) este seguiu para o continente asiático e enviou à metrópole notícias acerca das novas terras “descobertas”. Nos primeiros anos Portugal enviou expedições exploradoras. A primeira foi em 1501-1502 e a segunda saiu do Tejo em 1503 e descobriu o arquipélago de Fernando de Noronha, nome dado em homenagem ao fidalgo que patrocinou a expedição. A nau capitânia da esquadra comandada por Gonçalo Coelho naufragou, da qual também fazia parte Américo Vespucci, o "pilôto e marinheiro mais instruído do seu tempo". Dali a frota de explorações, com Américo Vespucci e Gonçalo Coelho, rumou para o sul, costeando a terra até a latitude de 18 graus, e entrou justamente, no porto de Caravelas, onde fundou uma feitoria, que deixou fortificada

com 12 peças de artilharia e 24 homens e retornou em seguida para Lisboa. Assim, começou a história de Caravelas em 03 de novembro de 1503 por Américo Vespucci ou Gonçalo Coelho, considerado por muitos os moradores como o seu marco inicial. Não há registros acerca da continuidade desta feitoria, mas a possibilidade que tenha desaparecido em consequência de ataques dos indígenas principalmente os tupiniquins que habitavam a região.

Há notícias que o estado português, tão ocupado no Oriente, precisava do auxílio de particulares para colonizar o Brasil”, sendo esse o motivo para a criação em 1543 das Capitânicas Hereditárias que era formalizada para o donatário por meio de carta de doação. Nessa época Caravelas pertencia à Capitania de Porto Seguro, doado a Pero de Campos Tourinho, por Carta Régia de 27 de maio de 1534. Conforme documentos históricos disponíveis, a capitania de Porto Seguro fracassou junto devido ao pouco interesse dos donatários e sucessores, e pelos incessantes ataques dos índios tupiniquins, que infestavam a região desde o rio Camamu até o rio Cricaré - provavelmente o que hoje se denomina Mucuri. (IBGE).

Para dar apoio e sustentação ao projeto colonial no Brasil o rei de Portugal criou um centro administrativo que era o Governo Geral na qual tinha sede na cidade de Salvador. Importantes penetrações no território são promovidas em busca de metais e pedras preciosas. Na Capitania de Porto Seguro foi bastante difundida na visão de Francisco Eduardo Torres Cancela (2012):

Outra atividade econômica bastante difundida na Capitania de Porto Seguro durante a segunda metade do século XVI foi o *sertanismo*. Motivada pelas expectativas metalistas dominantes na política econômica europeia e imbricada com as demandas da produção agrícola iniciada após a década de 1530, a atividade de adentrar os sertões rapidamente se espalhou por toda colônia portuguesa da América, transformando-se em estratégia para expansão do domínio lusitano no Novo Mundo e em instrumento investigativo das riquezas escondidas nas matas, serras e rios do território colonial. Embora a fama historiográfica dos sertanistas esteja relacionada aos habitantes da Capitania de São Vicente, a primazia no desenvolvimento dessas expedições esteve, sem sombra de dúvidas, enraizada na Capitania de Porto Seguro, que, nas palavras de Capistrano de Abreu, pode ser considerada o “seminário de ousadas bandeiras” (CANCELA, 2012, p.79).

Nesta região a primeira expedição que se embrenha pelo sertão, parte de Porto Seguro em 1553 composta por portugueses, mamelucos, "mazombos"⁷ e índios tupiniquins, sob a chefia do espanhol Francisco Bruzza Espinoza. A bandeira de Francisco Espinoza, primeiro bandeirante que chegou a Caravelas, percorreu o litoral que compreende desde o Jequitinhonha até São Mateus, no Espírito Santo. Depois houve outra bandeira em 1572 que tinha como chefe Sebastião Fernandes Tourinho que subiu o rio Doce e retrocedeu ao litoral pelo vale do rio das Caravelas.

Todavia, coube a Antônio Dias Adorno, em 1574 – chefe de uma expedição com 150 portugueses e 400 índios que se adentraram pelo sertão à procura de ouro e da já famosa Serra das Esmeraldas. O desejo de reencontrar Caravelas, embora não se negue a Espinoza contato anterior, quando iniciou sua entrada aos sertões brasileiros, pelo rio das Caravelas, secundado por Sebastião Fernandes Tourinho.

Os bandeirantes que chegaram ao rio Caravelas não fundaram povoação, tinha como alvo principal o comércio de indígenas para a escravização e a descoberta de pedras preciosas e ouro na região. A colonização de Caravelas ocorreu por volta de 1581, segundo relatos não comprovados de moradores. É possível que um francês, provavelmente um dos missionários da Ordem dos Capuchinhos vindos com Manuel da Nóbrega fundou a aldeia de Caravelas, onde erigiu pequena igreja ao sul da margem do rio, sob a invocação de Santo Antônio do Campo dos Coqueiros. Esta aldeia foi abandonada e em 1610 os seus habitantes tiveram que regressar para as suas residências por ordem de D. Diogo de Menezes, 9.º Governador-Geral do Brasil, e desta forma, a Vila de Caravelas foi novamente povoada, e definitivamente escolheram a margem do rio ao norte, por ser mais firme.

A história de Caravelas confunde-se com fatos da história da colonização portuguesa no território brasileiro, na qual os seus moradores têm o orgulho de ser uma cidade com mais de 500 anos de história. Os mapas antigos do Brasil fazem referência a cidade como uma das principais fornecedoras da capital Baiana (Salvador) no período Colonial. Fazia ligação com a capital imperial (Rio de Janeiro),

⁷ Era a forma depreciativa pela qual os portugueses nascidos no reino denominavam os filhos de portugueses nascidos na colônia. <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/mazombo/5347/>

foi o ponto final da histórica ferrovia Bahia – Minas. Durante a Segunda Grande Guerra Mundial foi escolhida pelos americanos do norte para abrigar um aeroporto que ainda hoje tem a segunda maior pista de pouso do país, pois foi usado como base aérea. Essa é a cidade que ainda tem no arcabouço histórico: ruas com aspecto de colônia, império e atualidade.

Historicamente o progresso foi manifestado principalmente pela produção de farinha e da pesca (Cancela, 2012) e de acordo com Maria Hilda Baqueiro Paraíso & Cristina Nunes no artigo “Culturas e identidades: O Extremo Sul da Bahia, uma Região em construção” no final do século XIX houve um processo de imigração especialmente estrangeira na região para substituição da mão de obra escrava na agricultura como os Italianos que se fixaram principalmente em Belmonte na qual foram comuns os casamentos com filhos e filhas de fazendeiros locais.



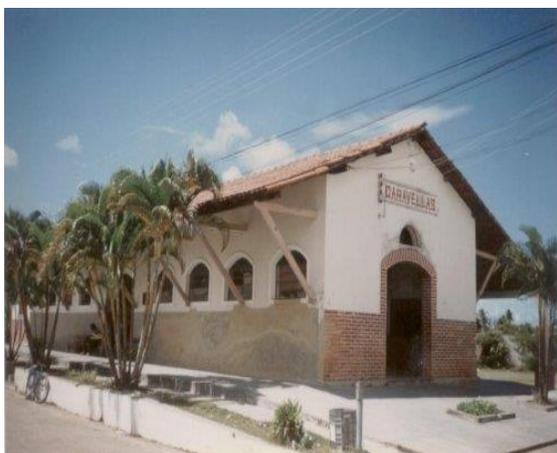
Fotografia 1 - Estação Ferroviária de Ponta de Areia.
Fonte: Fundação Professor Benedito Ralile



Fotografia 2- Porto de Caravelas em 1958.
Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume VI, IBGE

Em 1882 começou a ser construída a Estrada de Ferro Bahia – Minas, pelo Governo da Bahia, partindo de Caravelas para chegar a Minas Gerais, com o objetivo principal de transportar madeira para ser exportada pelo Porto de Caravelas (Fotografia 2) em Ponta de Areia aproveitando a potencialidade de navegação do Estuário do Rio Peruípe. A estação ferroviária (Fotografia 1) foi destruída na década de 1980 com autorização do poder público municipal. Existiam outras estações

ferroviárias, das quais, apenas duas estão preservadas como a antiga estação de Caravelas e a estação de Juerana (Fotografias 3 e 4). Hoje, a primeira funciona como estação Rodoviária e a segunda como Repartição Pública Municipal.



Fotografia 3 – Antiga Estação de Caravelas.
Fonte: Fundação Professor Benedito Ralile



Fotografia 4 - Estação do Distrito de Juerana em 2011.
Fonte: Fundação Professor Benedito Ralile

A partir do final do século XIX, registra-se na região forte vínculo com os estados vizinhos: Espírito Santo e Minas Gerais e distanciamento com outras cidades do Estado da Bahia. O comercio de madeira foi acentuado como saída econômica, bem como o isolamento e a baixa densidade demográfica e a abertura de rotas de comunicação que não nunca se dirigiam ao norte. Caravelas é uma cidade com litoral atraente, como nos mostra a vista aérea (Fotografia 5). Nas suas comemorações em datas que dizem respeito à cidade, atrai turistas do seu entorno dado o acolhimento dos moradores.



Fotografia 5 - Vista aérea do Centro de Caravelas
Fonte: GILMEN rio fotográfico

- **1ª. metade do século XX**

Este período é considerado o “tempo de fartura e simplicidade”, como definiu Koopmans (2005). Além de alterar lentamente o isolamento regional houve a expansão dos grupos madeireiros de Minas Gerais e Espírito Santo e o predomínio da produção de subsistência. No litoral a população sobrevivia da pesca e do comércio pelo mar. Aos índios restou o assédio dos madeireiros com a extinção dos aldeamentos. Havia os pequenos proprietários de várias origens e principalmente formada por ex-escravos que após a abolição foram organizados em pequenas comunidades, além de migrantes de várias etnias. Na área da cultura, a cidade de Caravelas se fortaleceu em especial nas festividades carnavalescas (Fotografias 6 e 7), desde a década de 1940, com grupos formados pela sociedade local.



Fotografia 6- Carnaval em Caravelas – 1940.
Fonte: Portal Brasil Disponível em:
http://www.brasil.gov.br/old/copy_of_imagens/sobre/cultura/carnaval/imagens/old/galeria-1/historia/carn_hist_03_salgueiro-2007-6.jpg/view



Fotografia 7- Carnaval em Caravelas – 1940.
Fonte: Portal Brasil Disponível em:
http://www.brasil.gov.br/old/copy_of_imagens/sobre/cultura/carnaval/imagens/old/galeria-1/historia/carn_hist_03_salgueiro-2007-7.jpg/view

Um fato importante aconteceu no período da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945): a região foi utilizada pelas Forças Aliadas na qual resultou na construção do Aeroporto de Caravelas graças a um acordo do Governo Brasileiro com o Governo Norte Americano, que tinha como estratégia manter um aeroporto na faixa litorânea no meio do caminho entre o Rio Grande do Sul e Maranhão. Ainda hoje é conservada a arquitetura militar da época: paredes espessas e arcos. O aeroporto também foi utilizado para manobras militares de treinamento durante a visita do Presidente

Getúlio Vargas na década de 1940 (Fotografias 8 e 9) considerado como o segundo do país em tamanho de pista.



Fotografia 8 - Presidente Getúlio Vargas em revista a tropa em Caravelas - Fonte: José do Carmo.com.br

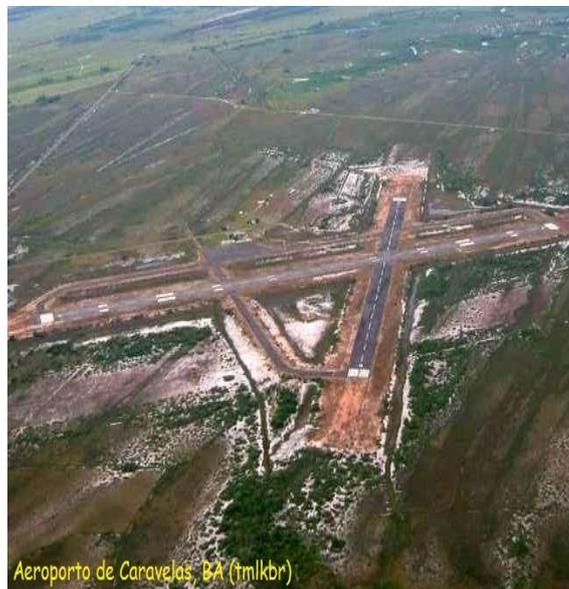


Figura 9 - Aeroporto de Caravelas - Fonte: wikimapia.org

Apesar de enfrentar problemas sociais e de conforto para a população, como a forma precária como os serviços de saneamento básico, energia elétrica e atendimento médico, o município se fortalece como centro econômico e político da região, na qual era representado pelo movimento comercial em especial pelo Porto de Ponta de Areia e a Estrada de Ferro Bahia – Minas na qual exportavam alguns produtos como café, madeira, cacau. Face às mudanças na política nacional de transportes, a estrada de ferro foi desativada em 1966. Em meados do século XX o município entra em decadência, perde o seu referencial na região passando o legado para a cidade de Teixeira de Freitas e outras, como Itamaraju e Eunápolis.

Com o fenômeno da migração rural, a chegada das empresas de reflorestamento de eucalipto, os grandes pecuaristas e aqueles que desenvolvem atividades agrícolas, atraem a especulação imobiliária e a grilagem de terras cria questões sociais de forma exorbitante.

- **2ª metade do Século XX**

A partir deste período a cidade de Caravelas perde a sua importância regional, principalmente pelo fortalecimento da criação de gado na região para abastecer o comércio local, o Rio de Janeiro, Belo Horizonte.

A Fotografia 10 nos mostra a vista parcial das casas dos militares da Marinha do Brasil que serve de moradia para guarnição militar da marinha que está na ilha de Santa Bárbara, a única da região habitada e que não faz parte do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos pois está sob jurisdição da marinha e portanto o seu acesso é restrito só com autorização. Também nesta ilha localiza um farol que foi construído por ordem do imperador Dom Pedro II em 1861.



Fotografia 10 - Arquipélago de Abrolhos
Fonte: GILMEN rio fotográfico

A partir dos anos de 1950 houve grandes mudanças na região proporcionadas por novos fatores principalmente pela atuação e investimentos de setores governamentais federais e estaduais como o Banco do Nordeste, DERBA (Departamento de Estradas de Rodagens da Bahia), DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodovias), SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), pois é uma região pobre, sem estradas em boas condições, sem linhas regulares capazes de circular para as cidades menores (Koopmans, 2002).

Durante o governo militar (1960 a 1970), que tinha no bojo o caráter de desenvolvimento e integração coloca em pauta a obra da BR101 que faz com que a região do Extremo Sul da Bahia saia do isolamento possibilitando a circulação de mercadorias e pessoas, nas diversas estradas vicinais que são abertas para ligar a grande rodovia nacional. Dessa forma, em torno da BR 101, acontece um rápido crescimento demográfico com a chegada de pessoas de vários estados e até de alguns países que se instalaram como moradores e/ou comerciantes. Após o seu declínio econômico e social, surgiu na cidade a expressão “Caravelas é a cidade que já teve” que traduz essa fase áurea. Hoje, a cidade está representada por tradições que são patrimônios preservados e valorizados.

Na educação, segundo Koopmans (2005, p.51):

Tanto na zona Urbana como no interior o número de escolas era insuficiente. Em sua maioria as escolas estão localizadas racionalmente, e frequentemente é ignorada a existência de um pequeno povoado e abre-se uma escola na propriedade da família de uma professora ou de uma pessoa de “influência” na região. Só para ter uma ideia da situação, o extremo sul tinha no início da década de 60 mais de 300 “prédios escolares”, sendo que Itamaraju sozinho abrigava 49 prédios enquanto Guaratinga possuía 6, Ibirapuã 7 e Santa cruz 8, para termos uma ideia. Esses “prédios escolares” sobretudo no interior, eram em geral muito simples, não oferecendo condições mínimas e adequadas, nem para as professoras nem para os alunos. A formação pedagógica era na época muito deficiente. Apenas em Caravelas existia uma escola normal.

A Lei nº 1.338/74 concedeu incentivos fiscais às empresas dispostas a reflorestarem áreas degradadas e favoreceu a implantação das empresas Aracruz Celulose, Suzano Papel e Celulose no município de Caravelas, que adquiriam as rurais para o plantio. Com relação à preservação ambiental foi criado em 1983 o Parque Nacional Marinho de Abrolhos com área de 91.300 hectares abrigando o arquipélago formado por cinco ilhotas vulcânicas (Santa Barbara, Sudeste, Redonda, Guarita e Siriba). É importante berçário de espécies de aves migratórias e a presença de baleias Jubarte no inverno, sem contar com o cenário submarino de corais que faz desta área o complexo marinho mais importante do Atlântico Sul, sendo referência para o mergulho marinho no Brasil.

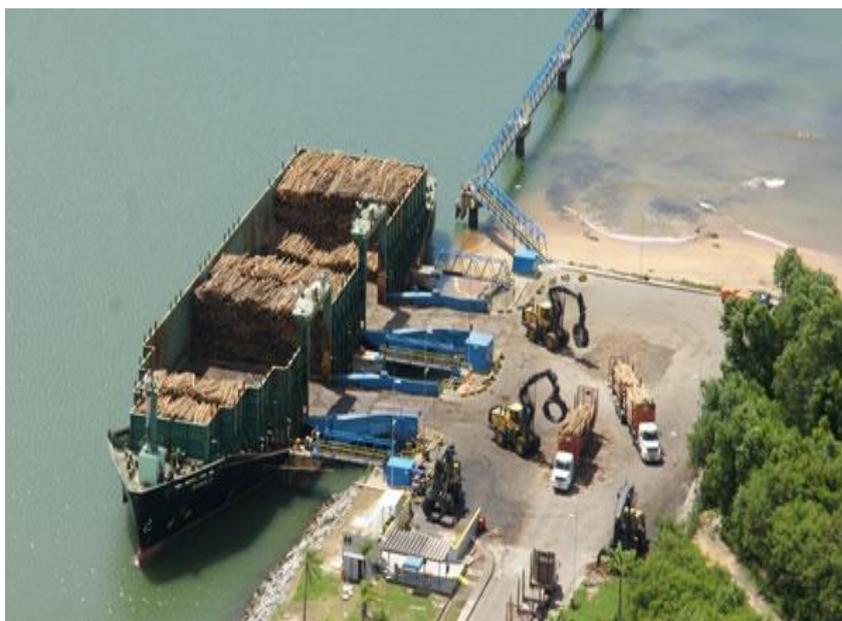
- **Caravelas na atualidade**

A perspectiva econômica e social do Município de Caravelas está voltada para a os festejos do carnaval com características de modernidade e marcas de tradição como o trio elétrico, além de escolas de samba. Em se tratando de cultura, pode-se afirmar que é rica, com grupos culturais e artísticos que referenciam datas especiais, como as festas de: São Sebastião na sede e no interior do município; Santo Antônio (Padroeiro do Município); São Benedito com a marujada e Irmandade de Santo Antônio; as Filarmônicas Santo Antônio (na sede); Nossa Senhora da Conceição (Barra de Caravelas); encenação da Paixão de Cristo; Iemanjá, As Brasileiras; Marcha de Rua; A Fragata; Bumba-Meu-Boi; Terno de Reis; Corte de São Sebastião e a luta entre Mouros e Cristãos, São João.

A potencialidade econômica de Caravelas recai na produção de madeira para a indústria de celulose e papel que tem como principais as empresas multinacionais presentes na região como a Fibria Celulose e Papel S/A e a Suzano Bahia Sul Celulose S/A. A principal rota de escoamento da produção está no Terminal Marítimo de Navios – Barcaça Luciano Villas Boas Machado (Fotografias 11 e 12), pertencente a Fibria Celulose e Papel S/A, dirigida pela multinacional Votorantim S/A, que transporta eucalipto em toras dos plantios do Extremo Sul até a unidade Barra do Riacho no Estado do Espírito Santo. O referido terminal está localizado no Distrito de Ponta de Areia, inaugurado em abril de 2003, quando a empresa era Aracruz Celulose S/A. (NOGUEIRA, 2009)



Fotografia 11 - Porto da Barcaça em Ponta de Areia.
Fonte: Painel florestal



Fotografia 12 – Terminal de Barcaça em Ponta de Areia.
Fonte: Sul Bahia News

Outro aspecto que merece enfoque é o patrimônio histórico, constituído de edifícios com influência da arquitetura portuguesa concentrado nas ruas Barão de Mauá, Sete e do Porto da Cidade. Essas construções do período colonial (casas, igrejas, prédios administrativos) não se encontram devidamente conservadas. Apesar de haver esse tipo de construção, não há uma política de preservação – umas foram demolidas e outras transformadas em lojas, bares e restaurantes.



Fotografia 13 – Pedra Fundamental do Ginásio Santo Antônio.
Fonte: Fundação Prof. Benetito Ralile

4 - GINÁSIO SANTO ANTÔNIO DE CARAVELAS: ENSINO DE QUALIDADE

O ano de 1952 registra o lançamento da pedra fundamental do Ginásio Santo Antônio marco importante na cidade de Caravelas (Fotografia 13). Foi um grande acontecimento para a educação, para a cidade e para toda a região e do seu entorno além de estados como Minas Gerais e Espírito Santo devido ser Caravelas referência regional e ter visibilidade além do seu território físico.

Para relatar o Ginásio Santo Antônio de Caravelas/BA, se faz necessário buscar a fundação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) em 1943 por Felipe Tiago Gomes que se espalhou por diversos estados do Brasil com o intuito de formar ginásios de caráter comunitários. Posteriormente, houve a mudança de nome para Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) também conhecida por Rede Cenegista.

A década de 50 do século XX corresponde à fase de expansão da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEG em todo o território brasileiro, bem como ao período em que foi constituído o primeiro núcleo da Campanha na Bahia, em Itabuna - cidade localizada na zona cacauífera da região sul da Bahia -, com a criação de ginásios cenegistas que se espalharam rapidamente pelo Estado. Foi dessa época a criação do Ginásio 14 de Agosto na Vila de Ibicaraí, a sua emancipação política como distrito de Itabuna (1952) e, efetivamente, a primeira gestão política da nova cidade (1955-1959), sendo iniciada a organização das atividades administrativas do município recém-emancipado (ASSIS, 2011, p.1).

A presença significativa na educação brasileira da CNEG se fez através da atuação da educação infantil ao ensino superior, com unidades em todos os estados da federação, cuja estrutura de atuação contava com o apoio do poder público, pois tinha no seu meio a presença de representantes políticos. No Estado da Bahia, a Fundação da CNEG deu-se em 1952 até o ano de 1987 tinha o maior número de escolas e de matrículas da rede cenegista, ou seja, 201 de 1.187 escolas no país e 77.771 alunos de 443.118 no geral com grande expansão no período da ditadura militar.

O significado de “ginásios” vem da palavra Grega *γυμνάσιον* (gymnasion) na qual indicava “[...] o local destinado à educação física e à educação intelectual dos rapazes” (Dicionário de Português Online Michaelis). Esse termo é usado principalmente nos países germânicos para designar uma escola secundária vocacionada para a preparação dos alunos para ascenderem a uma universidade (SCHWARTZMAN, 2010) que tinham características iguais aos clássicos liceus da Europa. A sua formação têm origem na Reforma Protestante ocorrida no século XVI, sendo que o primeiro sistema de escolas que ministrou o ensino ginásial surgiu na Saxônia em 1528.

No Brasil, o ginásio até 1971, constituía o estágio educacional que se seguia ao ensino primário e que antecedia o ensino colegial, que correspondia aos quatro anos finais do atual Ensino Fundamental. Para ter acesso ao ensino ginásial, era necessária a realização de um exame de admissão, que seria após término do ensino primário. Os estudos ginásiais duravam quatro anos, e no final desta etapa, o aluno passaria ao colegial que se constituía no terceiro ciclo de estudos. Posteriormente com a LDB 5691/71, o ensino ginásial fundiu-se com o ensino primário, originando-se o 1º grau com duração de 08 anos. Hoje de acordo com a LDB 9394/96, o 1º Grau passou a ser chamado de Ensino Fundamental. Após esse preâmbulo nos deteremos na história do Ginásio Santo Antônio, principal objeto dessa pesquisa.

O Ginásio Santo Antônio foi uma tradicional instituição de Ensino Fundamental II e Ensino Médio da cidade de Caravelas – Bahia, localizado na Rua das Palmeiras, no Bairro do Centro (Fotografias 14 e 15) mantida pela CNEG, na qual tinha a contribuição das famílias de alunos que podiam pagar e a subvenção do poder municipal a fim de que todos os alunos fossem mantidos de forma igualitária na escola. Por suas salas de aula passaram personagens importantes de Região do Extremo Sul da Bahia, como alunos e/ou professores, os quais gozavam de prestígio e respeito na sociedade.



Fotografia 14 – Rua das Palmeiras, ao fundo o prédio do Ginásio S. Antônio.
Fonte: IBGE s/d



Fotografia 15 - Prédio do Ginásio Santo Antônio.
Fonte: IBGE s/d

Como a educação é uma prática social e histórica, as instituições escolares produzem representações, valores, imagens e ideologias internalizadas no processo educativo e deixam marcas. A instituição escolar, em cada momento histórico, demonstra uma expressão, assim como uma resposta à sociedade na qual está inserida. Ao pesquisar uma instituição escolar, nos deparamos com verdadeiro quebra-cabeça a ser montado para juntarmos todas as peças para formarmos e compreender o jogo, ou seja: documentação, legislação, estruturas, móveis,

fotografias, objetos escolares, projetos, ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e demais fontes que possam revelar a sua história.

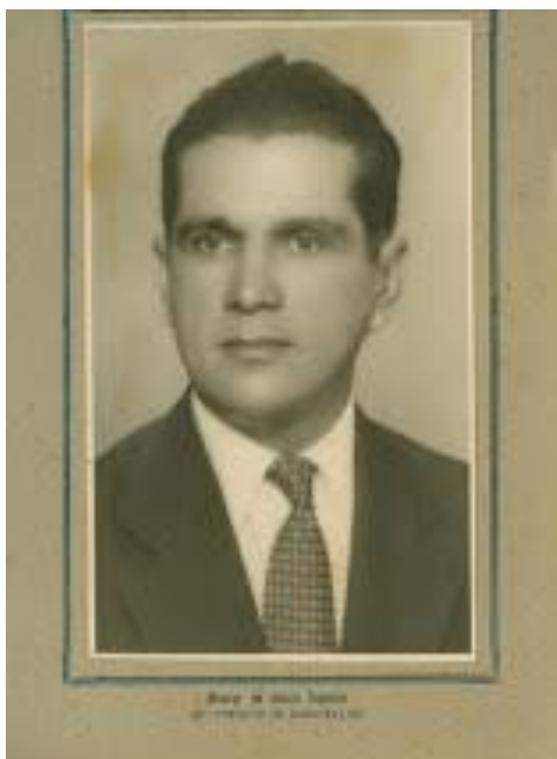
Para contarmos a origem do Ginásio Santo Antônio faz-se necessário considerar a visão educacional no período da sua implantação, década de 1950. O ensino ginásial era normatizado pelas Leis Orgânicas de Ensino, que foram promulgadas no ano de 1942, durante o Estado Novo. Essas Leis foram estabelecidas por Gustavo Capanema quando Ministro da Educação no período de 1937 a 1945 no governo de Getúlio Vargas.

O ensino, composto por quatro anos elementares do Ensino Primário, acrescido do primário complementar de um ano. Já, o Ensino Médio foi estruturado verticalmente em dois ciclos: o ginásial composto de quatro anos, e o colegial, com duração de três anos; e horizontalmente: no Secundário e Técnico-profissional, subdividida em industrial, comercial e agrícola, além do Curso Normal (SAVIANI, 2007).



Texto jornalístico 1 – Jornal não identificado e s/d.

Dada à importância do ginásio referido, a imprensa sempre o destacava pela seriedade e comprometimento com o ensino. A sua implantação foi a partir do mentor Sr Moacyr de Jesus Siquara (Fotografia 16). Empresário, membro de tradicional família caravelense, ex prefeito do município no período de 1955 a 1959. As suas prioridades, durante o seu governo foram a construção de escolas e abertura de estradas interligando todo o município a outras regiões.



Fotografia 16 – Sr. Moacyr Siquara
Fonte: Fundação Prof. Benedito Ralile

Segundo o Professor Francisco de Almeida Oliveira (2015) nesta época o prefeito Moacyr, embasado no seu objetivo de promover a educação local apoiou a criação do Ginásio Experiental 7 de setembro, realização de um grupo de idealistas, como juiz de direito, políticos, professores, profissionais liberais e a igreja católica. A secretaria do educandário ficou sob a responsabilidade da Sr.^a Guiomar Almeida Silva. Esse foi o embrião, com duração de apenas 2 anos, para a futura instalação do Ginásio Santo Antônio de Caravelas, cidade considerada “a capital da região” pelo seu grau de importância social, econômica e política da região mais distante da capital baiana. Tão grande era a responsabilidade na formação dos seus alunos, que o o Regimento Interno destaca no Título VI, Capítulo I, Artigo 73:

Colaborar na formação moral e cívica dos alunos, por meio de palavras, atitudes e ações, fornecendo exemplos de elevado padrão de urbanidade, civismo e exatidão no cumprimento do dever; colaborar, igualmente, na formação católica dos educandos, quer pelo exemplo, quer pelos ensinamentos que em nada podem desviar-se da doutrina da Igreja (GINÁSIO SANTO ANTÔNIO, 1962, f. 12).

A visibilidade do Ginásio Santo Antônio era grande, e havia certa exigência aos candidatos a alunos, como: idade mínima de 11 anos; ter concluído o estudo primário e ser aprovado no exame de admissão, que era uma seleção por meio de “prova” escrita. De acordo com Dino Priante (2012) em seu artigo “Admissão ao Ginásio” nos dá noção do que era o referido exame instituído em 1931, perdurou até o ano de 1971 – era o fio da navalha. Na época, além das provas finais escritas, havia as provas orais, ocasião em que os alunos ficavam “tetê à têtê” com a professora, e de dentro de uma sacola de pano, era sorteado o assunto pelo qual o aluno era sabatinado. Legalmente essa era a porta de entrada no Ginásio, pois, consta, no Artigo 32 do Decreto-Lei 4.244/09/04/1942 da Lei Orgânica do Ensino Secundário em que o aluno deveria:

- a) Ter pelo menos onze anos, completos ou por completar até o dia 30 de junho e ter recebido satisfatória educação primária;
- b) Ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários.

De acordo com Geysa Spitz Alcoforado de Abreu e Maria Angélica Pedra Minhoto (2012) no artigo “*Política de Admissão ao Ginásio (1931-1945): Conteúdos e Forma Revelam Segmentação do Primário a constituição da avaliação*”, as provas escritas de Português e Aritmética, e demais disciplinas (Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais) eram definidas pelo Departamento Nacional de Ensino. Vale enfatizar a responsabilidade que era legada as crianças de 11 anos – as provas saíam de Salvador para serem aplicadas por um professor da Secretaria Estadual de Educação.

4. 1 Organização escolar, disciplina e avaliação

Neste item abordaremos a forma de organização pedagógica da instituição em análise, na década de 1950, do segmento ginasial e secundário. O Ginásio Santo Antônio, ao iniciar as atividades escolares no ano de 1952, estava pautado nas Leis Orgânicas de 1942, as quais embasavam toda a educação brasileira do período (BRASIL, 1942). A Lei Orgânica de 1942 manteve o sistema dualista de ensino até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro do ano de 1961. Desta forma, o período pesquisado corresponde o período no qual a Lei Orgânica de 1942 sustentava o ensino brasileiro do segmento do ensino secundário, destinado à formação das elites. Tal clientela era encaminhada ao ensino superior e para as posições mais privilegiadas e importantes da sociedade. Naturalmente, seriam os futuros líderes da sociedade. Isso foi constatado pela relação dos alunos que estudaram no Ginásio Santo Antônio, na década de 1950. Em se tratando do trabalho pedagógico, era dividido em quatro unidades com aplicação de avaliação - “prova” para saber se o aluno passaria ou não. Oliveira (2015) destaca que após cada unidade era aplicada a prova escrita. Eventualmente a turma era dividida em pequenos grupos para desenvolverem textos pré-determinados com apresentação e debate pelos próprios grupos. Em relação à avaliação do Ginásio Santo Antônio os tipos eram diversificadas como prova oral ou escritas, não poderia conversar com o colega e a “cola” era reprimida com rigor.

Por todo esse controle o numero de repetências era elevado de acordo com os dados contidos nas Atas de Resultado Final e de acordo com OLIVEIRA (2015) as turmas tinham que ser desdobradas em turmas A, B, C com aproximadamente 40 alunos, embora o espaço físico das salas fosse restrito.

Além do trabalho pedagógico esta instituição tinha na disciplina outro controle dos alunos, pois “Havia um chefe de disciplina, o professor Gilberto, que mantinha a disciplina na entrada dos alunos e durante o recreio”. Esse rigor na disciplina era sempre em sintonia com a família que em caso de alguma gravidade os pais seriam chamados à escola e o aluno seria penalizado com suspensão das aulas por três dias.

Caso nesse período o aluno perdesse alguma atividade avaliativa, a nota seria zero e só teria oportunidade de recuperá-la no final da unidade. (Oliveira, 2015).

O chefe de disciplina tinha a função de manter a ordem com rigor. Essa função era estendida desde o momento da entrada do aluno onde era observado todos os itens do fardamento (meias, sapatos, calças, camisa) e não poderia faltar nada e de acordo com Amélio João Andrade Siquara que estudou no Ginásio Santo Antônio de 1964-1967 era muito severa pois “olhava até as meias” . Em relação à avaliação no Ginásio Santo Antônio os tipos eram diversificadas como prova oral e/ou escrita.

4.2 - Festividades: formaturas e comemorações

A instituição programava comemorações cívicas e sociais diversas com participação da comunidade escolar e sociedade geral incluindo as autoridades locais. Oliveira (2015) enfatiza que as comemorações cívicas eram comemoradas com patriotismo. O desfile escolar no Dia da Independência (7 de setembro) era acompanhado pela Banda Marcial e com parada em frente ao palanque oficial para ouvir o discurso do Sr. Prefeito Municipal.

Nessa comemoração cívica as alas eram organizadas com empenho dos professores e alunos. Tal acontecimento envolvia toda a cidade e concentrava-se na Rua Principal hoje chamada de Rua Sete por ser o local das apresentações, dos discursos e da concentração da população. Este era um momento reverenciado pela sociedade, uma vez que promovia o patriotismo, a ordem e o civismo. Era o momento esperado, pois a escola criava grande expectativa e comoção em torno desse evento.

O desfile de sete de setembro era uma das comemorações cívicas em que o Ginásio Santo Antônio propiciava uma visibilidade da escola por meio do desempenho das alas alegóricas (Fotografia 17) que garantia a imagem social de uma boa escola na cidade de Caravelas. Segundo a memória social, a cidade parava para apreciar o desfile e todos ficavam encantados com a pluralidade das apresentações – a ordem e o zelo com que foram preparadas.

Portanto percebe-se claramente que o desfile de 7 de setembro era o momento de glória marcado distintamente pela escola que retratava a imagem de “boa escola, alunos exemplares e permitia uma configuração de ensino de qualidade” e integrava a escola a vida da cidade fazendo com que fosse um polo social e cultural. Essa comemoração ainda hoje está presente nas escolas municipais e estaduais, onde o alunado participa com afinco e pompa.



Fotografia 17 – Desfile Cívico (s/d)
Fonte: Fundação Prof. Benedito Ralile

Além do civismo que era exercitado na escola por meio do desfile escolar em seus pelotões de bandeiras, balizas e alegorias, outra festividade presente e de grande destaque na memória dos ex-alunos eram as Festas de Formatura principalmente pela relação de que a educação não era para muitos. Um número restrito da sociedade concluíam o Ginásio e essa conquista era motivo de orgulho para as famílias e a escola fazia questão de se autopromover. Era um evento de grande repercussão na sociedade caravelense e dava um caráter solene com missa na catedral, entrega de certificados e baile onde os formandos e familiares se apresentavam com roupas de gala. Desta forma, o encerramento de um período de ensino tinha significativa carga simbólica, o que dá para observar nos convites impressos (Figuras 1 e 2) e distribuídos a convidados especiais, como autoridades civis, militares, eclesiásticas, elite cultural e familiares dos formandos.

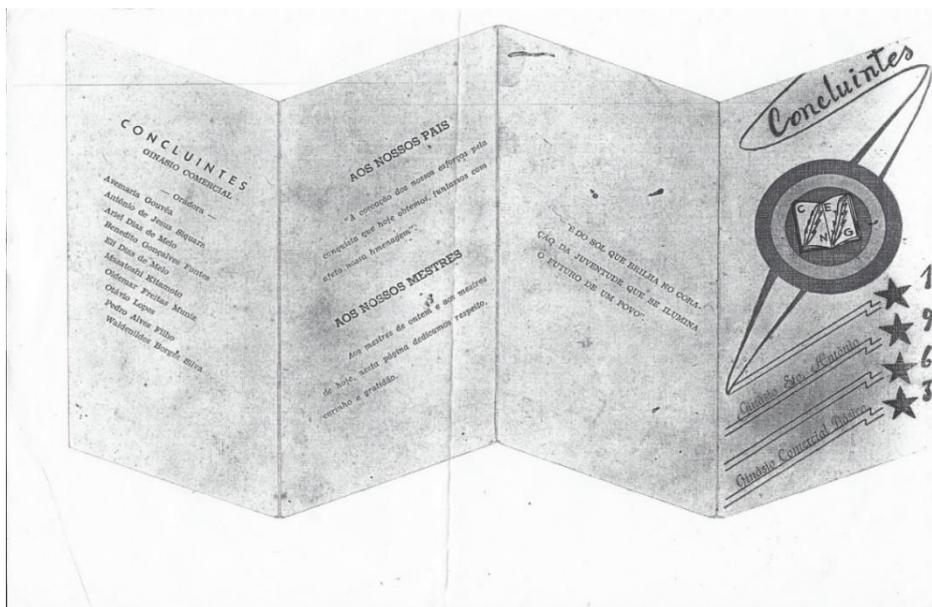


Figura 1 – Convite de formatura – 6 de dezembro xxxx.
 Fonte: Fundação Prof. Benedito Ralile.

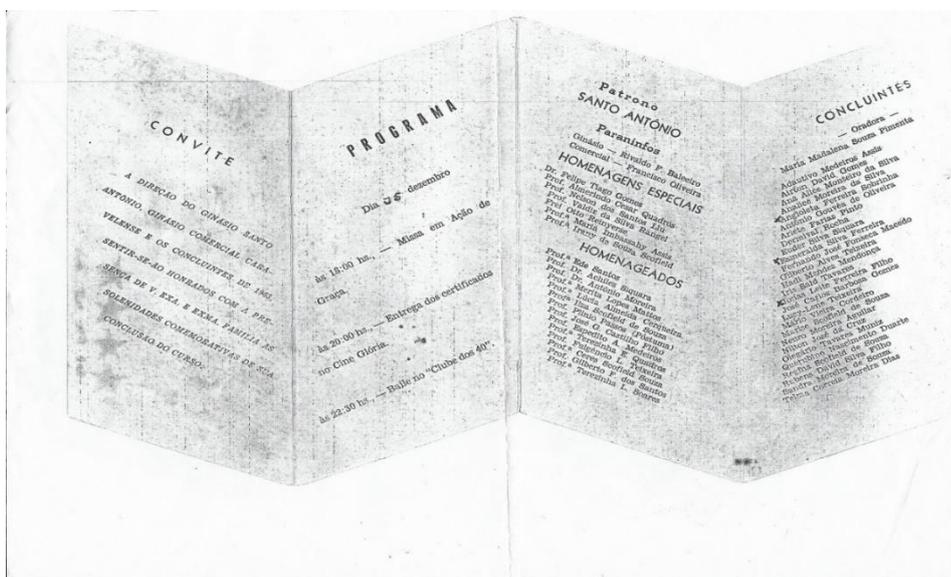


Figura 2 – Convite de formatura – 6 de dezembro xxxx.
 Fonte: Fundação Prof. Benedito Ralile

Portanto, as festas de formatura traziam representatividade social e cultural, não era simplesmente a finalização do curso. A entrega dos certificados se dava durante a missa, momento de muita emoção para todos os envolvidos (famílias, formandos, professores e funcionários). A festa de formatura é lembrada como momento de realização e comoção, porque estavam todos ali com as famílias, colegas, professores e toda a sociedade se voltava para este dia de felicidade. Os

nomes dos formandos eram impressos em flâmulas (Figura 3) e registrados na história do lugar. Pelo número de concludentes, as turmas eram pequenas e formadas por ambos os sexos. Ao término da 4ª série ginásial, havia uma sessão solene de entrega do certificado, com direito a padrinho e missa e às vezes até baile. Já o Curso de Magistério realizava uma colação de grau bem mais sofisticada, com todos os concluintes trajando beca, recebendo o anel e o diploma, antes havia a missa e após um baile com traje a rigor.



Figura 3 - Flâmula dos formandos de 1962.

Ao analisarmos as festividades emanadas do Ginásio Santo Antônio de Caravelas percebemos que eram incorporados na prática escolar a fim de fomentar uma educação de Corpos, Mentes e Sentimentos, princípios norteadores dessa escola de qualidade.

4.3 - Professores, espaço de visibilidade e convivência

O ginásio Santo Antônio tinha em seu quadro de professores membros da sociedade com reconhecido nível de conhecimento representado pela “elite

intelectual” que favorecia positivamente a imagem representativa da profissão e destaque para a escola por sua importância social, ou seja, pessoas proeminentes. Conforme constatamos na Fotografia 18 estão dispostos na entrada da instituição, o primeiro corpo docente (1957) formado pela sociedade civil e militar, com expressiva representação de mulheres. Da direita para a esquerda no primeiro plano temos as professoras: Ilza Scofield, Irany Scofield, Merita Lopes, Adilina Medeiros, Elgéria e Mariá Imbassay de Assis. E no segundo plano, os professores: Tenente Ribeiro, Plinio Passos, Dr. Francisco, Moacyr Siquara, Almerindo César Quadros, Achiles de Jesus Siquara, Antônio Moreira Junior, Benedito Pereira Ralile.



Fotografia 18 – Primeiro quadro docente em 1957.
Fonte: Fundação Professor Benedito Ralile

A imagem fotográfica, fonte documental, que emergiu sob o signo do modernismo, pode ser pesquisada com múltiplos interesses e fins. Dessa forma, a produção do registro fotográfico, portanto, obedece ao universo simbólico de cada grupo social e cultural, e os professores ganham representatividade por estarem inseridos na história do Ginásio Santo Antônio de Caravelas e também na historiografia local.

Segundo Barreto (2005, p.139)

O universo escolar apresenta seu próprio conjunto de padrões de representações, como podemos constatar a partir de registros escolares cívicos, sociais e culturais, presentes em álbuns, jornais, revistas e em arquivos. As imagens fotográficas não se esgotam em si, são, na verdade, o resultado de muitos fatores e significam o ponto de partida da pesquisa, um fragmento dos fatos, testemunhos do passado que procuramos, na medida do possível, reconstituir e que jamais será visto novamente da forma como foi constituído.

Mas de acordo com Oliveira (2015) esse grupo que contribuiu com a educação Caravelense foi se estendendo e chegou a um total de 33 professores durante o seu período de atuação. Em destaque os professores: Dr. Achiles de Jesus Siguara (Advogado), Aldeniza Bonfim, Dr Antônio Moreira da Silva, Tem. Antônio Ribeiro, Ede Santos, Eleanor de Souza Scofield, Eurípes, Gilberto Ferreira Santos, Hilda Mangueira Aguilar, Ilza Scofield de Souza, Irany de Souza Scofield, Isaura Aguilar dos Santos, Jaime Argolo, Léa de Almeida Soares, Leocádio, Leonel de Almeida Oliveira, Lourdes Oliveira Dias, Lúcia de Almeida Souza Carvalho, Maria da Natividade Almeida Soares, Mariá Imbassahy de Assis, Merita Lopes Mattos, Mima Maria Cordeiro, Nelson dos Santos Liu, Frei Osvaldo Kutt (Religioso Católico), Frei Otto Rijnierse (Religioso Católico), Plínio Osvaldo Passos, Querubino Nascimento Duarte, Regina Célia Ferreira, Regina Scofield Menesses, Rivaldo Fernandes Baleiro, frei Rogério Yedma, Terezinha Quadros e Terezinha Soares Fonseca.

Os docentes eram sempre homenageados pelos alunos e seus familiares para enfocar os valores atribuídos à profissão. Neste sentido as homenagens eram diversas como as comemorações de aniversário. Oliveira, (2005) destaca essas comemorações sociais que, na maioria das vezes, eram realizadas no ginásio, mais precisamente nas datas dos aniversários dos professores. Cada classe homenageava o professor com apresentação de cânticos e poesias. Também era servido lanche com bolo, salgadinhos e refrigerantes. Quando o professor entrava na sala de aula era saudado com o clássico “parabéns pra você” e recebia de um dos alunos um presente que, embora simples, tinha grande carga de afetividade.

Essas comemorações referidas fizeram do espaço escolar um lugar privilegiado para a perpetuação de visões, imagens, concepções de ensino e de

profissão docente, pois grande parte dos ex-alunos seguiu a carreira do magistério. Oliveira (2015) enfatiza o aniversário com mais aparato que era o da professora Ede Santos (*in memoriam*) no dia 23/10, quando era diretora da instituição. A Professora Ede foi um ícone para a educação de Caravelas, pois empresta o seu nome em uma escola no Distrito de Ponta de Areia onde foi moradora, sem contar com o seu envolvimento com a sociedade. Permaneceu no cargo de direção do Ginásio Santo Antônio até a inauguração da Escola Polivalente em 1972 e de acordo com Gisélia Passo da Costa, ex-aluna (1965-1969), sua turma organizou a festa da amizade em “homenagem à saudosa diretora Ede Santos”. Nesse percurso os professores enfrentaram muitos obstáculos para vencer os desafios de infraestrutura e, principalmente, no tocante à questão financeira, porque a manutenção da unidade era realizada pela CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade que, apesar de cobrar taxa mensal, em casos especiais havia isenção de pagamento.

O convívio entre o grupo de professores era, na visão do professor Francisco Oliveira (2005) muito boa, pois “éramos amigos” e entre as aulas contávamos piadas enquanto saboreávamos um gostoso café. Esse convívio se estendia para além da escola e a amizade era propiciada pelas resenhas nos recreios e excursões. Também assistíamos a filmes no Cine Talismã, frequentávamos os bailes no Clube dos 40, missa aos domingos e festas religiosas. O ambiente escolar criava laços de amizades e convivência que extrapolavam os muros da escola.

A história de determinada Instituição Escolar não pode abandonar a pesquisa referente aos professores que nela atuaram, bem como sua formação acadêmica (Nosella; Buffa, 2009). Não podemos deixar de mencionar, portanto, tal aspecto na análise do Ginásio Santo Antônio. Questionados sobre o que mais gostavam, e o que menos gostavam ou alguma recordação que ainda guardam na lembrança os alunos descreveram fatos variados como:

- As festividades, a amizade entre alunos e professores, o convívio com os colegas, as brincadeiras, as festas e principalmente o aniversário dos professores, pois era dia de matar aula. Amélio João Andrade Sigurara (estudou no Ginásio Santo Antônio no período de 1964-1967).

- O convívio com os colegas, as brincadeiras, as festas, principalmente o aniversário dos professores, pois era dia de matar aula. A organização, a disciplina, o respeito alunos / professores / diretor. As festas, dos aniversários dos professores que a minha turma organizava – festa da amizade. Gisélia Passos da Costa (estudou no Ginásio Santo Antônio no período de 1965-1969).
- O Professor Francisco de Almeida Oliveira, chamado carinhosamente pela comunidade de professor Chiquinho, atualmente com 84 anos, foi personagem essencial à localização das fontes primárias e informações preciosas para o desenvolvimento dessa pesquisa. Filho de Fortunato Henrique de Oliveira e Emília Maria de Almeida Oliveira estudou Bacharelado e Licenciatura em História na Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ. Após terminar os estudos superiores retornou para a sua terra natal em 1961 e integrou o corpo docente do Ginásio Santo Antônio. Lecionou as disciplinas: História, Geografia, Organização Social Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) durante 10 anos 1962-1972). Também emprestou a sua experiência, quando Diretor da Escola Polivalente de Caravelas, permanecendo nela por muitos anos.

Reconstituir a história de uma instituição educativa por meio da memória e das lembranças é mostrar o passado e o presente, num movimento que reorganiza a identidade e a transforma, sempre num contexto histórico-social, no qual se desenvolveram suas relações enquanto pessoas que contribuíram para a formação social e educacional daqueles que tiveram acesso à instituição.

Com a instalação da Ditadura Militar foram assinados acordos MEC – USAID na qual foram disponibilizados recursos financeiros vindos dos Estados Unidos da América para a educação brasileira que possibilitaram a construção das Escolas Polivalentes. Esse novo modelo tinha o propósito de tornarem-se centros de excelência e servirem de modelo com a finalidade de preparar para vida profissional os jovens e dando suporte a sociedade no desenvolvimento industrial com mãos de obra qualificada, conforme fundamentada na nova LDB Nº 5692/71 que reformulou os

ensinos de 1º e 2º graus⁸ ofertando, além das disciplinas teóricas, as práticas agrícolas, industrial, comercial e educação para o lar.



Fotografia 19 - Fachada do Colégio Polivalente de Caravelas.
Fonte: sem fonte e s/d

A fotografia 19 nos mostra a entrada do Colégio Polivalente de Caravelas que fica em frente ao prédio onde funcionou o Ginásio Santo Antônio na qual simbolizava o modernismo com arquitetura arrojada para a época e principalmente a infraestrutura que deslumbrava o orgulho da sociedade Caravelense, constatada pelo Professor Oliveira (2005): gigante de cimento armado, ocupando um grande espaço, mobiliário novo e um quadro de giz que ocupava a parede de fora a fora, coberto com telhas de barro e com corredores imensos. Havia 4 salas para artes práticas; técnicas comerciais, educação para o lar, técnicas agrícolas e artes industriais e uma quadra de esportes infanto-juvenil fazia a alegria dos futuros atletas. O Professor Oliveira ocupou o cargo de Diretor no período de 16 de junho de 1972 a 20 de Janeiro de 1990. Vale registrar que essa escola era mantida pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia e sua a estrutura física era arrojada e onerosa. Eram necessários recursos humanos e financeiros para a sua instalação, manutenção e funcionamento que era composta de várias dependência administrativa, biblioteca, laboratórios de práticas, salas de aulas etc. Os recursos ficaram mais escassos com o fim dos acordos MEC / USAID.

8 A partir desta LDB o 2º Grau passou a ser profissionalizante e obrigatório.

E a partir dessa transição – Ginásio Santo Antônio e Escola Polivalente fica registrado a finalização histórica de uma época áurea da educação no Extremo Sul da Bahia, pois a criação do Ginásio Santo Antônio, segundo Oliveira (2005) ainda é visto como um exemplo de coragem. A trajetória deste educandário se traduz em vitórias sobre obstáculos difíceis e ainda hoje serve de inspiração para a sociedade, principalmente os jovens alunos na a conquista dos seus sonhos, seja concluindo um curso superior, seja instruindo seus filhos, seja aprendendo a exercer o direito legítimo de cidadão brasileiro.



Fotografia 20 -- Fachada da Escola Agripiniano de Barros.
Fonte: sem fonte e s/d

Hoje, o prédio abriga a sede da Escola Agripiniano de Barros com sua atual fachada (Fotografia 20) onde funcionou o Ginásio Santo Antônio que tanto orgulho ofereceu para a cidade na formação da juventude caravelense.

CONCLUSÃO

As indagações aqui elencadas não podem ser dadas como concluído este trabalho, uma vez que o estudo e a pesquisa realizada não expressam toda a realidade vivida no espaço do Ginásio Santo Antônio de Caravelas, pois remete, na verdade, a uma parcela das fontes documentais ou orais encontradas, disponíveis e em bom estado de conservação. Na análise dessas fontes e durante todos os momentos deste estudo houve o interesse em conhecer, compreender e analisar os aspectos sócio históricos do ginásio referido e como ele tornou-se um locus de produção e expressão histórica durante a sua existência para a sociedade caravelense. Hoje é considerado um espaço de memória construída e vivida para aqueles que tiveram o privilégio de participarem ativamente e para os atuais educadores, alunos, pais e toda a sociedade.

Procuramos reconstruir um pouco da história do Ginásio Santo Antônio, desde a sua Genesis até a seu fechamento. Esperamos que, ao longo destes capítulos, possamos compreender melhor o seu valor e a sua identidade como “escola da cidade” e/ou “escola de qualidade”, lembrança que ainda perdura no imaginário social.

Todos os empreendimentos para constatar que a representação de instituição escolar da região, veiculada a ideia de metrópole regional que a cidade de Caravelas como referência por ser historicamente ligada a capital do estado da Bahia (Salvador) e a capital federal do Brasil (Rio de Janeiro, na época). Assim, entendemos que o ginásio ainda interfere na cidade, que além de todo o contexto social, comercial, político e econômico estão relacionados a fatores sentimentais vivenciados por aqueles que por lá passaram.

Neste entendimento a reconstituição da história de instituições escolares permite compreender o contexto da época e situar o debate sobre temas que, na atualidade, nos instigam a pensar e emitir opiniões na perspectiva de mudanças e organização dos espaços e ideias. Foi assim que buscamos as respostas nos questionários aplicados bem como na contribuição da educação local para o desenvolvimento regional. A pesquisa nos permitiu conhecer um pouco sobre a história da instituição,

e nos proporcionou uma visão ampla de como era a educação nas escolas na década de 1970.

REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de & MINHOTO, Maria Angélica Pedra. **Política de Admissão ao Ginásio (1931-1945): Conteúdos e Forma Revelam Segmentação do Primário a constituição da avaliação.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, p. 107-118, junho. 2012. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/viewFile/3768/3184> em 12/10/2015.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Construção da imagem da normalista na Revista *Vida Capichaba*, no Espírito Santo, nos anos 1920.** 2005. 220 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas.** Pedagogia em foco, Rio de Janeiro, 2001 disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.pdf>. Acesso em: 26 dez, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de Historia: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar: 1810-1970.** Autentica: Belo Horizonte, MG, 2004.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales, 1929-1989.** São Paulo. Editora da UNESP. 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **História e paradigmas rivais.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAIFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Rio de Janeiro, Campus. 1997.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808).** Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2012. 337 f.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. História da Educação, 2. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

_____. História da educação brasileira, 4. ed., São Paulo: Cortez, 2009.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX (1914 – 1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

KNOX. Miridan Britto Falci. **História Regional – Conceitos, Métodos e Problemas.** Revista do IHGRJ. Rio de Janeiro, 2001.

KOOPMANS, José. **Além do Eucalipto, o papel do Extremo sul**. 2. ed., 2005.

LEAL, Maria Cristina. **Os Jesuítas e a Formação de quadros para o Estado patrimonial**. In: NOVOA, Antônio, e outros (Eds). Para uma História da Educação Colonial. Porto e Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação – EDUCA 1996.

LE GOFF Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MANACORDA, Mário A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 3. ed., São Paulo: Cortez.

MARTINS, Vicente. **A lei de 15 de outubro de 1827**. In Busca Legis.ccj.ufsc.Br. disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30476-31865-1-PB.pdf> em: 12 dez, /2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e História – a problemática dos lugares**. In: Projeto História, USP, nº10, dez, 1993.

NOGUEIRA, Fernanda Silveira. **Conflito em Areas de Conservação Ambiental: O caso de Caravelas e do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, Bahia**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2009.

PEREIRA, Lílian Alves; FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire. **Origem da escola pública Brasileira: A formação do novo homem**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/GT3%20PDF/ORIGEM%20DA%20ESCOLA%20P%20DABLICA%20BRASILEIRA.pdf em: 12 dez, 2014.

PRIANTE, Dino. Admissão ao Ginásio. 2012. Disponível em: <http://www.chupaosso.com.br/index.php/artigos/1055-admissao-ao-qinasio> em 12 out, 2015.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. Ed. Ver. e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto**. Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/498/508> em: 12 dez, 2014.

THOMPSON, P. **A voz do Passado: História Oral**. Tradução de: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Yin R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

LEITURAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ESCRITA DO TEMA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4. ed., Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa – aspectos introdutórios**. Disponível em: www.unioeste.br/travessias acessado em 25 abr, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 5. ed., Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

BREJON, Moysés. (org.) **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus: leituras**. 7. ed., São Paulo: Pioneiras, 1976.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. Companhia das Letras, 1998.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2. ed., Revisada e Ampliada. São Paulo: Atlas, 1995.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha & CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S. **Relatos de Experiência memória e educação do Ginásio Padre Palmeira**. 2009. Disponível em: <http://secbahia.blogspot.com.br/2009/03/exame-de-admissao.html> em 12 out, 2015.

PILLETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau**. 22. ed., São Paulo: Ática, 1996.

_____ **História da educação no Brasil**. 6.ed., São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 16. ed , revista e ampliada. – Campinas, SP: Autores Associados, 2000. - (Coleção memória e educação).

REIS, José Carlos. **A História, Entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 1991.

OLIVEIRA, Roberto Oto Loureiro de. **Cineclube Caravelas: o cinema do Sul da Bahia**. Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2013.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; BH, UFMG, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **A questão da diversidade do ensino médio**. 2010. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/divmedio.pdf> Em 13 nov, 2015.

SECOM/BAHIA. **Governo assume gestão de aeroporto usado na 2ª guerra mundial em Caravelas** Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/2015/08/127476/Governo-assume-gestao-de-aeroporto-usado-na-2a-guerra-mundial-em-Caravelas.html> Em 13 nov, 2015.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

VAIFAS, Ronaldo. **História das mentalidades e história cultural**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAIFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Rio de Janeiro, Campus. 1997.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Revista SOCERJ. 2007; 20 (5): 383-386 set/out.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed., Porto Alegre: Bookman; 2001.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário direcionado aos ex-professores.

1 - Nome _____

2- Formação _____

3- Quantos anos trabalhou na escola? Em que o período?

() menos de 2 anos de _____ a _____

() de 3 a 5 anos de _____ a _____

() de 5 a 10 anos de _____ a _____

() mais de 10 anos de _____ a _____

() mais de 20 anos de _____ a _____

4- Qual a matéria que lecionava e a série?

6- Qual era a sua carga horária semanal

7- As turmas eram compostas de quantos alunos?

8- Na sua época havia mais meninos que meninas?

7- Como eram as avaliações (provas)?

() escritas () orais

8- A instituição programava comemorações cívicas e sociais? Quais?

9- Como era a disciplina? _____

10 – Como era o perfil dos alunos?

11- Tem contato com algum ex-aluno?

() sim () não

12- Tem alguma recordação?

Qual? _____

Apêndice B – Questionário direcionado aos ex-alunos.

- 1- Nome _____
- 2- Qual o período que estudou, ou que se formou? _____
- 3- Qual a disciplina que mais gostava? Justifique.

- 4- Os professores eram exigentes?
 muito mais ou menos pouco
- 5- Você participava das festividades cívicas e sociais?
 sim não
- 6- Os ensinamentos recebidos foram (ou são) importantes na sua vida profissional?
 muito mais ou menos pouco
- 7- Como era o uniforme?

- 8- Você tem alguma relação de amizade com algum ex-professor?
- 9- sim não
- 10- E com algum colega de turma?
 sim não
- 11- Descreva o que mais gostava na escola, o que menos gostava ou alguma recordação que ainda guarda com você.

Apêndice D – Roteiro de entrevista

1. Nome
2. Idade
3. Formação
4. Fale sobre o senhor (a)
5. Quantos anos trabalhou na escola? Lembra o período?
6. Qual a matéria que lecionava e a série?
7. Qual era a sua carga horária semanal?
8. As turmas eram compostas de quantos alunos?
9. Na sua época havia mais meninos que meninas?
10. Como eram as avaliações (provas) escritas e orais?
11. A instituição programava comemorações cívicas e sociais? Quais?
12. Como era a disciplina? E o comportamento dos alunos?
13. Como era o perfil dos alunos?
14. Tem contato com algum ex-aluno?
15. A relação e convívio dos professores.
16. Como era ser professor do Ginásio Santo Antônio?
17. Fale sobre a história do Ginásio Santo Antônio.
18. Tem alguma recordação?
19. Palavra final.